

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
SESIMBRA REALIZADA NO DIA 23 DE MARÇO DE 2001**

-----Aos vinte e três dias do mês de Março de dois mil e um, no Auditório Conde de Ferreira, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sesimbra, sob a presidência do Sr. Carlos Manuel Gouveia Lopes, e secretariada pelo Sr. Américo Manuel Machado Gegaloto, Primeiro Secretário, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**1. Apreciação da Actividade Municipal;** -----

-----**2. Novo Regime Eleitoral dos Órgãos das Freguesias e dos Municípios.** -----

-----Esta reunião havia sido convocada para o dia 23 de Fevereiro mas por motivo de falta de quorum não se realizara pelo que fora convocada a presente com a mesma natureza da anterior. -----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: Carlos Manuel Gouveia Lopes, Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos, Américo Manuel Machado Gegaloto, José Manuel Correia Maravilha, João Manuel Coelho Capítulo, Lisandro Manuel Ribeiro Trafaria, António Jorge Pinto Alves, Maria Aurora de Cruzeiro Álvaro de Afonso Lopes, Rosa Amigo Ribeiro Sousa Gomes, José Almeida Marques, Carlos Afonso Guerreiro da Luz e Silva, Maria da Conceição Morais Matias, José António Caeiro Correia, Joaquim Manuel Martelo Ferreira, Aires Patrício Fernandes Lisboa, Carlos Filipe Pereira de Oliveira, Francisco Caupers de Sousa Alvim, José Pedro Simplício Francisco, Ana Maria Gaboleiro Santos Covacich, Fernando Anjos Cheis, António Augusto Vieira Gomes, Augusto António Marques Duarte e Félix Manuel Fernandes Perneco Rapaz. -----

-----Comprovada a existência de quorum, vinte e três presenças, **o Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e duas horas.-----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara, Amadeu Penim, do Vice-Presidente, Manuel José Pereira e dos Vereadores Alberto Manuel Gameiro Santos, Fernando Cristovão Rodrigues, Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora e Manuel Adelino Bernardino. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** informou, depois, que o Membro João da Silva Lopes, da Bancada da CDU, havia solicitado a suspensão do seu mandato, até ao dia 1 de Junho de 2001, por motivos profissionais, tendo convocado o Membro a seguir na ordem da respectiva lista, Dinis Marques Pereira. -----

-----Assim, perguntava ao Plenário se tinha alguma objecção à aceitação da suspensão acima

referida. -----

-----Como nenhum Membro colocou qualquer objecção, o pedido de suspensão foi aceite e o Membro Dinis Marques Pereira, presente na sala, ocupou o lugar na Bancada. -----

-----Informou, depois, que o Membro João Paulo Marques Dionísio, da Bancada do PS, havia informado, ao abrigo do disposto do art. 78º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, a sua substituição na presente sessão, tendo convocado o Membro a seguir na ordem da respectiva lista, José Almeida Marques, que se encontrava presente. -----

-----Nesta conformidade, passou-se a registar vinte e quatro presenças -----

-----Informou depois que as actas da Assembleia Municipal de 7 de Julho e 22 de Setembro, ambas de 2000, haviam sido enviadas aos Líderes de Bancada, conforme estipulava o Regimento, pelo que perguntava se havia algumas sugestões de alterações a fazer. -----

-----Não havendo nada a opor, os textos finais das actas foram considerados aprovados. -----

-----Solicitou, depois, que previssem nas suas agendas as datas de 20 de Abril, 25 de Maio e 22 de Junho para realização de Assembleias, porque o calendário de realizações, em termos de Auditório, estava bastante apertado e como tal havia toda a conveniência em reservar três Sextas-feiras de Abril, Maio e Junho para a eventual realização de Assembleias Municipais, porque de outra forma poderiam ter alguma dificuldade nos próximos meses em encontrarem uma Sexta-feira livre. -----

-----Em Julho, se por ventura fosse necessário realizar alguma sessão haveria dificuldade em termos de espaço, porque estava prevista, para durante todo o mês, uma exposição sobre arte sacra que tinha uma montagem relativamente complexa, e, portanto, teriam que realizar a sessão fora do Auditório. -----

-----Quanto à relação do expediente recebido desde a realização da última sessão, ele fora enviado a todos os Membros e o mais recente fora distribuído no início da sessão. -----

-----Sobre o mesmo perguntava ao Plenário se desejava algum esclarecimento adicional, mas nenhum Membro diligenciou nesse sentido. -----

-----Seguidamente, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **Período de “Antes da Ordem do Dia”**, passando a ler o seguinte **Voto de Pesar**, subscrito pelos três Líderes de Bancada:

-----"Faleceu Mário Cascais Xavier. -----

-----Empenhado em servir a comunidade, encontrava-se sempre disposto a participar e a contribuir para o desenvolvimento do nosso Concelho.-----

-----Mário Cascais Xavier desde cedo participou na vida social, desportiva e autárquica de Sesimbra, onde nasceu, e personificava o espírito de luta pela melhoria da qualidade de vida da população do Concelho.-----

-----Era um homem estimado por todos, sem excepção, uma figura sempre presente em qualquer situação.-----

-----Membro da Assembleia Municipal de Sesimbra, eleito nas listas do Partido Socialista, desde Dezembro de 1979 até à actualidade, apenas suspendeu as suas funções entre Novembro de 1984 e Dezembro de 1985 para exercer o cargo de Vereador na Câmara Municipal de Sesimbra, tendo desempenhado as funções de Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de 1990 a 1997.--

-----Postura firme, sempre foi merecedor de consideração por parte de todos os Membros da Assembleia Municipal pois era uma pessoa que sabia ouvir e demonstrava respeito pelas opiniões contrárias.-----

-----O reconhecimento público foi-lhe dado através da atribuição, pela Câmara Municipal de Sesimbra, em 25 de Abril de 1994, da medalha de Mérito Municipal pelos "Relevantes Contributos em Prol da Liberdade e da Democracia".-----

-----Que o seu exemplo sirva de estímulo às gerações mais jovens de forma a que estes se sintam motivados a participar na vida social e política do Concelho.-----

-----A Assembleia Municipal reunida em 23 de Março de 2001 presta-lhe sentida homenagem póstuma, expressando o seu grato reconhecimento pela sua obra cívica e humanista no Concelho de Sesimbra, esperando que saibamos dignificar o lugar que ocupamos da mesma forma que Mário Cascais Xavier sempre o fez, cientes de que a Assembleia Municipal se encontra menos enriquecida.-----

-----Aos familiares enlutados, apresenta esta Assembleia sentidos pêsames."-----

-----Em seguida, foi feito um minuto de silêncio.-----

-----Abertas as inscrições, usou da palavra o **Membro Miguel Bastos** começando por expressar, em nome da Bancada do PS, e julgava, de todos os Membros da Assembleia, solidariedade e apoio ao Membro João Lopes pelo desaparecimento de sua mulher, o qual seria sempre uma perda irreparável.-----

-----Manifestou, depois, homenagem ao Sr. Fernando Lopes, que ao longo da sua vida constituíra um marco indiscutível na vida cultural e social do nosso concelho ao longo do Séc. XX.

-----**O Membro Carlos Afonso**, reportando-se ao Boletim da Assembleia Municipal, disse que tinham criado uma Comissão para a elaboração do mesmo. Fizera parte dessa Comissão, em substituição do Membro da CDU, numa ou duas reuniões, encontrando-se o esqueleto do Boletim mais ou menos alinhavado. Sabia que, entretanto, já tinham sido convocadas mais cinco ou seis reuniões tendo sido desconvocadas quase de seguida.-----

----- Gostaria de saber o que é que se pensava em relação a esta matéria, uma vez que era de todo relevante que a Assembleia Municipal tivesse um órgão de informação, e isto sem fazer uma grande retrospectiva da polémica que gerara o Boletim Municipal no mandato anterior.-----

-----Deveria dizer, também, inserido nesta questão, que a Bancada da CDU requerera ao Presidente da Assembleia Municipal um levantamento das despesas pagas durante este mandato aos órgãos de comunicação social local, com a publicidade das deliberações da Assembleia Municipal, e de facto, as verbas apontadas era deveras significativas e apenas se relacionavam a três anos.-----

-----Isto não queria dizer que a Bancada da CDU fosse contrária a que a comunicação social tivesse apoio, mas havia uma coisa que não deveria deixar passar em claro e de lamentar, que era a não presença dessa comunicação social nas Assembleias Municipais. No ponto de vista da CDU esses órgãos de comunicação social deveriam estar presentes, pelo menos, nas sessões onde eram abordadas as matérias mais interessantes.-----

-----Importava, também, salientar que no mandato passado a Assembleia Municipal fora até convidada por alguns órgãos de comunicação social a debater algumas matérias, em mesas redondas, em directos, etc..-----

-----Reportando-se depois à questão da co-incineração da Serra da Arrábida, disse que a Câmara Municipal de Setúbal aprovara, unanimemente, uma deliberação em que apontava quer o Estuário do Sado, quer a Serra da Arrábida, como uma candidatura possível a Património Mundial e eles sabiam, entre linhas, que esta candidatura teria a ver talvez como uma das últimas alternativas ou esperanças que, de facto, no Parque Natural da Arrábida não viessem a ter aquilo que o Governo entendia.-----

-----Referia isto porque a Assembleia Municipal debruçara-se sobre esta matéria e da parte da Bancada do PS não tinha havido uma definição, ou seja, não assumira nenhuma posição, estando

uma parte do território do Concelho de Sesimbra inserido no Parque Natural da Arrábida. -----

-----A Câmara Municipal de Sesimbra, segundo lhe parecia, ainda não tinha tomado posição sobre a matéria, e a deliberação da Câmara de Setúbal viera pôr em causa aquilo que quinze dias antes o Senhor Ministro do Ambiente tinha ido ao Parque Natural da Serra da Arrábida propôr, ou seja que nos próximos quatro a cinco anos seriam investidos 12 milhões de contos no Parque Natural da Arrábida destinados à demolição de edifícios inactivos, em arranjos estéticos desses mesmos locais, à plantação de árvores em locais a definir, à modernização do porto de acostagem da empresa Secil, etc.. -----

-----Esta tomada de posição da Câmara Municipal de Setúbal, em termos de concorrência a Património Mundial tinha a ver com o desenvolvimento económico do Distrito, nomeadamente do nosso concelho. O turismo mexia muito com isto e tinham havido expressões que a Câmara socialista setubalense não tivera em consideração e se a Assembleia Municipal de Sesimbra e, nomeadamente, a Câmara Municipal de Sesimbra não viesse a tomar uma posição sobre esta matéria isso teria reflexos negativos. -----

-----Referiu, depois, que o Presidente da Câmara dera uma entrevista a um jornal local sobre o balanço da sua actividade durante os três anos e focava que encontrara uma Câmara onde os chefes de divisão e os directores de departamento faziam parte de uma máquina comunista e que tinham havido alguns que tiveram que se ir embora porque as coisas não andavam. -----

-----Gostaria de saber quais eram os militantes comunistas que tiveram que ir embora por impedirem o bom funcionamento e a dinâmica de gestão. -----

-----Referia também que depois dessa gente se ter ido embora as coisas tinham corrido maravilhosamente, os técnicos já sorriam, a pontualidade abundava, tendo a dinâmica sido implantada a um ritmo impressionante. Só esperava que esses técnicos nos concursos para admissão de pessoal não subscrevessem actas de admissão de concorrentes sem estes estarem presentes nas provas.-----

-----Falava assim porque tinha um familiar que era funcionário da Câmara com contrato a termo certo que concorrera e não entrara e tinha havido gente que fora admitida e nem sequer estivera presente no concurso. -----

-----Se eram estes os técnicos que o Presidente dizia que eram óptimos então estavam conversados.-----

-----Para terminar, gostaria de dizer que lamentava aquilo que era abordado num dos pontos dessa entrevista em que dizia, e passava a citar: "O primeiro ano não foi fácil para os eleitos socialistas no executivo e para mim, em especial, enquanto Presidente da Câmara, uma vez que não tinha uma ideia muito concreta do que era gerir um município". -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal**, reportando-se à questão do Boletim Municipal, informou que a Mesa tinha procurado saber a evolução dos trabalhos em termos da Comissão "D" e pelo menos por duas vezes solicitara informação sobre a situação. Havia uma acta da Comissão "D" de 9 de Março de 1999 que referia que os Membros da Comissão tinham analisado a questão do Boletim da Assembleia Municipal. Naturalmente que não competiria à Mesa estar-se a pronunciar sobre os trabalhos da Comissão. -----

-----Quanto à cobertura dos órgãos de comunicação social, usualmente a Rádio Santiago fazia a gravação da sessão e passava alguns extractos ao Sábado.-----

-----**O Membro Carlos Filipe Oliveira** referiu que o que o fazia intervir tinha a ver com uma preocupação que tinha relativamente a situações menos claras que existiam na Freguesia da Quinta do Conde. Essas situações poderiam passar sem que houvesse uma referência nesta Assembleia não fosse o facto de estarem envolvidas verbas e investimentos da Câmara Municipal naquela freguesia. Queria referir-se concretamente a uma certa promiscuidade que existia hoje na Quinta do Conde entre a Freguesia, a Associação de Desenvolvimento, o Presidente da Junta de Freguesia, que eram situações que a comunicação social local vinha alertando e de uma maneira que o deixava de certa forma preocupado. Para além do mais tinha conhecimento que esta situação se traduzia também num funcionamento, do ponto de vista do PSD, bastante irregular da própria Junta de Freguesia. ----

----- Se se olhasse para quem eram as pessoas que compunham três grupos chave da Quinta do Conde verificavam que o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde era simultaneamente o Presidente da Associação de Desenvolvimento da Quinta do Conde e membro da Comissão de Acompanhamento das obras da piscina. Como Presidente da Junta atribuía subsídios à Associação de Desenvolvimento, de que era Presidente, e mais grave do que isto era votar numa situação que, legalmente, estava impedido de votar porque era parte interessada. Por outro lado, também fazia parte da Comissão das Obras, assim como o Vereador Alberto Gameiro. -----

-----Parecia-lhe haver aqui uma tremenda e perigosa promiscuidade em relação ao funcionamento da Junta de Freguesia, da Associação de Desenvolvimento, da Comissão, e para não

falar, também, daquilo que estava a acontecer relativamente à Comissão da Feira Festa, mas isso deixaria para mais tarde.-----

-----Seria extremamente interessante e necessário que houvesse uma separação de poder, de competências e de pessoas. Sairia claro que a Junta de Freguesia interviesse como Junta e auxiliasse ou apoiasse uma Associação e que houvesse uma comissão isenta que acompanhasse as obras e que não fosse composta por membros que faziam a obra. Isto para não falar de outras situações menos claras, também, que às quais não tinham nada a ver com isso, mas que lhes levantavam certas dúvidas, que era o relacionamento empresarial entre o próprio Presidente da Associação e uma outra empresa de construção. -----

-----Tudo isto era estranho e pouco claro e preocupava-se. Estava a ser feito um investimento numa Associação na construção de uma piscina. Na opinião do PSD ela deveria ser construída mas deveria ser municipal, porque entendiam que ela deveria estar aberta a todos e não dependente de uma qualidade associada à Associação ou da aplicação de um eventual protocolo que viesse a ser celebrado. -----

-----Mas isto tanto se aplicava relativamente à Quinta do Conde como a Sesimbra em relação às piscinas do Grupo Desportivo, embora hoje soubessem que iria ser construída uma piscina municipal na zona da Freguesia do Castelo, que, de certa forma, já atenuava esta situação. -----

-----Referiu, depois, que a Bancada do PSD iria estar atenta a esta situação de promiscuidade porque estavam em causa investimentos do Concelho e investimentos do Município e, portanto, ou as coisas se clarificavam ou então voltaria a intervir e não neste espírito de alerta com que estava a fazer hoje, mas teria que fazer uma intervenção mais condicente com aquilo que viesse a acontecer no futuro.-----

-----Alertava para isto para que as pessoas tivessem, pelo menos, alguma decência na gestão da coisa pública, independentemente se a tinham ou não relativamente à gestão daquilo que era privado e que a eles não interessava. -----

-----**O Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde**, Membro Augusto Duarte, disse que era o Presidente da Associação de Desenvolvimento da Quinta do Conde há já alguns anos e tinha muita honra de o ser e quando era atribuído um subsídio à Associação de Desenvolvimento o Presidente da Junta não votava esse subsídio, ele levantava-se e retirava-se da Mesa. -----

-----Referiu, depois, que há quinze dias a Associação tinha feito uma Assembleia e o Membro

Carlos Filipe mandara para lá arruaceiros que o apoiavam e não fora por acaso que eles foram postos na rua e não fora ele que os pusera fora mas sim os sócios. -----

-----Estavam preocupados com a Associação de Desenvolvimento da Quinta do Conde e com a Junta de Freguesia, mas a população não estava. O Membro Carlos Filipe já poderia mandar fazer listas para a Associação porque ele iria apresentar uma e depois logo se veria quem ganhava. -----

-----Também estava preocupado por o Presidente da Junta ser sócio de uma firma da construção civil. Era-o e tinha muito gosto porque essa firma contribuía muito para as crianças da Freguesia. Tinham 180 crianças inscritas em todas as Associações do Distrito de Setúbal.-----

-----Por último, disse, que tudo o que se fazia dentro da Quinta do Conde era com lealdade, não deturpavam nada nem ninguém. Era pena que a Junta de Freguesia e os órgãos que a representavam não pudessem ter dado mais verbas a todas as colectividades. -----

-----**O Membro Carlos Filipe Oliveira** disse temer ter sido mal interpretado. O Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde era uma pessoa que não tinha calma a ouvir as coisas que lhe diziam. Aquilo que ele lançara fora um alerta para uma certa promiscuidade que existia de ocupação de cargos e trocas de eventuais favores e era isso que deveria ser posto a claro e deveria ser transparente.-----

-----Ele não mandara ninguém para a Assembleia, não estava interessado em fazer listas para a ADQC nem estava interessado em saber se haviam eleições. O Presidente da Junta poderia ser presidente das colectividades que entendesse. Aquilo que estava em causa, e era lamentável que ele não entendesse, era que quando se exerciam determinado tipo de cargos públicos deveria existir uma total transparência na actividade que desenvolviam, não devendo deixar dúvidas nem rastros para que não houvessem suspeitas. Aquilo que estava em causa era um investimento da Câmara Municipal de Sesimbra. -----

-----Lembrava o Presidente da Junta de Freguesia que, relativamente à Associação de Desenvolvimento da Quinta do Conde, de que ele se orgulhava de ser Presidente, já tinha tido problemas no passado em relação a outras situações que envolviam propriedades da Câmara Municipal de Sesimbra. Era esta confusão que existia que era preocupante. Não dizia que ele fosse um mau Presidente de Junta, que fosse um mau Presidente da Associação ou que fosse um mau empresário, agora a mistura destas coisas é que se tonava uma coisa exclusiva e poderia levantar determinado tipo de suspeitas. -----



-----**O Presidente da Assembleia Municipal** chamava à atenção dos Membros da Assembleia em relação ao eventual limite de interferência com outros órgãos autárquicos, aliás, já sucedera numa outra sessão da Assembleia Municipal sobre a Junta de Freguesia de Santiago. Estavam numa Assembleia Municipal e, portanto, teriam que ter alguma cautela de não invadir competências que poderiam de ser de outras Assembleias, designadamente da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde. -----

-----**O Membro Miguel Bastos** disse lamentar profundamente ter que dedicar algumas palavras a este tema mas pensava que como Líder da Bancada do PS na Assembleia não poderia ficar calado com as palavras que o Membro Carlos Filipe acabara de pronunciar, fundamentalmente da forma como o fizera. Fazer provocações do género de que o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde teria que ter calma, depois do que ele acabara de ouvir da boca daquele Membro, era preciso ter-se o máximo de descaramento, de lata e de provocação e o descaramento e a lata tinham limites.

-----Prestava a sua sentida homenagem ao Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Augusto Duarte, pela calma e ponderação com que respondera a provocações baratas e ordinárias de um membro da Assembleia. -----

----- O Membro Carlos Filipe levantara um série de questões de forma incorrecta, a partir de duas ou três premissas que até podia ter o direito de colocar, simplesmente a forma como o fizera colocava o Membro Augusto Duarte como um malfeitor da Quinta do Conde e a Associação de Desenvolvimento da Quinta do Conde como uma Associação de bandidos. Todos tinham direitos e virtudes e todos sabiam as dificuldades porque passavam nos órgãos autárquicos e todos sabiam as dificuldades que as associações culturais e recreativas tinham no nosso concelho. Criticar um homem por se esforçar no seu dia a dia e por estar a pôr em causa a empresa de que era sócio por causa da actividade autárquica, era profundamente lamentável. -----

-----Se o Membro Carlos Filipe tinha razões de fundo para pôr em dúvida a honestidade e a honorabilidade de Membros desta Assembleia ou da Quinta do Conde, deveria levantá-las e ele seria o primeiro a subscrever um rigoroso inquérito sobre isso, caso contrário, estava a fazer provocações baixas sobre as quais ele não respondia. -----

-----**O Presidente da Junta de Freguesia de Santiago**, Membro Félix Rapaz, disse que já tinha sido alvo de críticas como o seu colega estava a passar. Não sabia o que é que se passava na Quinta do Conde nem estava ali como salvador do Membro Augusto Duarte, ele mais que ninguém saberia

desempenhar essas funções, aquilo que o indignava era que qualquer cidadão tinha o direito ao seu bom nome e a preservá-lo, ninguém tinha o direito de enxovalhar o bom nome fosse de quem fosse e mais a mais com afirmações que não tinham sido provadas. -----

-----O Membro Carlos Filipe atingira o seu colega dizendo que havia falta de transparência e que havia promiscuidade. Este tom era ofensivo e pensava que o Presidente da Assembleia deveria pôr termo a este tipo de insinuações. Se fosse consigo o Membro Carlos Filipe teria que provar de homem para homem ou a nível de tribunal. Não se poderia admitir que um membro autárquico fosse enxovalhado desta forma. -----

-----O Membro Carlos Filipe era cobarde ao exercer esta forma de difamação, levantando uma suspeita. -----

-----**O Membro Carlos Filipe Oliveira** disse que depois destas duas intervenções estava mais preocupado do que estava antes porque a violência das reacções dos últimos oradores faziam-lhe crer que ele deveria ter tocado nalguma ferida. -----

-----Em relação à intervenção do Membro Miguel Bastos gostaria de dizer que já estava habituado a que ele reagisse desta forma porque quando não tinha argumentos tinha que falar alto e dizer qualquer coisa na defesa de uma honra, eventualmente, ferida. -----

-----Quanto ao Membro Félix Rapaz nem sequer o tinha ouvido porque viera-lhe um barulho que não era entendível aos seus ouvidos nem à sua inteligência. Deveria ser, por ventura, uma forma de expressão de outro tipo de ser vivo que não o homem. -----

-----Voltava a frisar que aquilo que levantara fora uma questão que vinha nos órgãos de comunicação social do Concelho. Tivera a oportunidade de ler vários artigos que punham em causa o funcionamento, e aqui queria chamar a atenção do Presidente da Assembleia Municipal, porque se tratava de um investimento municipal em que iriam ser dadas verbas para a construção de uma piscina numa associação. Ele não queria saber como é que a Junta e a Associação funcionavam. Aquilo que o preocupava, e já o tinha dito, era uma mistura das mesmas pessoas no exercício de cargos diferentes que supostamente deveriam ser de uma certa fiscalização uns dos outros. Era esta promiscuidade que existia e que era preocupante e se as pessoas não percebiam o que se estava a dizer porque se sentiam ofendidas e enxovalhadas era porque não sabiam distinguir aquilo que era claro e transparente. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** disse que o Período de "Antes da Ordem do Dia"

já ia longo, a Câmara Municipal ainda não respondera aos pedidos de esclarecimento solicitados. Julgava que sobre esta matéria já muito tinha sido dito.-----

-----Dada a palavra **ao Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde**, Membro Augusto Duarte, este referiu que havia uma confusão acerca da Associação de Desenvolvimento da Quinta do Conde que gostaria de ver esclarecida. Não fora ele que fizera os Estatutos daquela colectividade, mas já estava há cerca de 26 anos na Quinta do Conde e praticamente fora ele que incentivara aquela Associação. Portanto, antes de ser Presidente da Junta já era Presidente da ADQC e se na altura das eleições os associados votavam na lista que ele apresentava, o que é que estaria em causa? -----

-----Quanto à criação de uma Comissão de Obras, quando entregaram os projectos na CCR foralhes dito que teriam que criar uma Comissão de Obras. Dessa Comissão fazia parte o Arquitecto do projecto, o Vereador Gameiro e o Presidente da Junta. Hoje era ele, assim como amanhã poderia ser outro qualquer. -----

-----Gostaria de dizer que o PSD liquidara uma firma que estava constituída no concelho e que iria pagar bem caro por isso. Ele tinha uma quota da firma Doca Construção Civil, tinha um sócio dessa firma e em 1998 fora feita uma inspecção no Gabinete da Câmara Municipal de Sesimbra por um Vereador para saber se a Firma Doca Construção tinha dívidas com a Câmara e mandaram pedir todos os projectos de três anos para trás para verem se se passava qualquer problema com a sua firma. -----

-----O PSD fizera com que o seu sócio vendesse a sua quota porque não vendiam os andares nem as vivendas devido ao comunicado que fora distribuído pelo PSD. Eles tinham uma queixa crime e alguém teria que pagar por danos ou prejuízos, porque tinham liquidado uma firma com dois alvarás de construção civil.-----

-----**O Membro Américo Gegaloto** disse que estavam a lavrar em erro porque estavam a fiscalizar entidades privadas e isso não poderiam fazer, porque empresas não cabiam no âmbito de fiscalização nem de competências da Assembleia. -----

-----Também todos conheciam que era de lei que o Presidente da Junta de Freguesia não deveria ser fiscalizado nesta Assembleia pelos comportamentos nem pelas atribuição de subsídios, o órgão próprio era a Assembleia de Freguesia. -----

-----Em relação à questão que se colocava das piscinas, estavam a fazer um bicho de sete cabeças. Há uns anos atrás, e ele estivera lá, quando o então Secretário de Estado do Desporto, Dr. Miranda Calha, fora à Associação de Desenvolvimento da Quinta do Conde e fora apresentada uma maqueta, ele nunca ouvira o PSD levantar a voz em relação a estas questões. Se o investimento era feito existiam instituições que o controlavam e, certamente, o Tribunal de Contas, eventualmente, teria que se pronunciar sobre isso mesmo.-----

-----Se o Membro Carlos Filipe tivesse ido à sessão de lançamento teria ouvido que aquilo que fora dito fora que iriam dar um impulso para a concretização das piscinas e que aquilo seria um investimento municipal e que não seria só da Associação de Desenvolvimento, como, aliás, o Presidente da Câmara já havia frisado.-----

-----Tinham falado da dignidade da Assembleia mas ele não via grande dignificação da Assembleia com este tipo de postura e de diálogo e era isso que tinha a lamentar. Gostaria de um pouco mais elevação na forma como tratavam os assuntos e como tratavam as pessoas, em particular. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** informou que já estavam a chegar ao limite máximo de tempo para o Período de “Antes da Ordem do Dia” e por isso agradecia que passassem a outros assuntos porque, certamente, haveriam assuntos do Município bem mais importantes do que estes que estavam a tratar.-----

-----**O Membro João Capítulo** disse que tinha ouvido com muita atenção a intervenção do Membro Carlos Afonso e só lhe parecia, na sua referência à imprensa local, que pecara por não ter dito tudo o que se tem passado. A Rádio Santiago transmitia todas as sessões da Assembleia Municipal, pelo menos há uns anos a esta parte, sem qualquer tipo de comentário, pondo no ar somente a voz dos intervenientes que o jornalista, segundo o seu critério, fazia a sua apreciação. ----

-----Queria também referir, no ponto de vista político, a sua insatisfação pela intervenção do Membro Carlos Filipe. Se aquela intervenção tivesse vindo da Bancada da CDU ele até compreendia que a CDU reclamasse que houvesse piscinas municipais, agora da Bancada do PSD e ainda por cima pela palavra do Membro Carlos Filipe não compreendia. Não estava a vê-lo, por exemplo, amanhã no lançamento da primeira pedra do Centro Cultural Raio de Luz estar a criticar a Câmara ou o governo por dar tantos milhares de contos a uma instituição privada. Pensava que ele andaria um bocado confundido. -----

-----**O Presidente da Junta de Freguesia de Santiago**, Membro Félix Rapaz, disse que na Grécia Antiga, onde fora os primórdios da democracia, havia a isógoria que era equivalente à nossa liberdade de expressão, mas quem introduzisse a demagogia ou que fosse apanhado em falso numa assembleia seria fortemente penalizado, por uma questão de salvaguarda da verdade. O Membro Carlos Filipe dizia que o Augusto Duarte dava o subsídio, recebia e fiscalizava, mas quem fiscalizava era a Assembleia de Freguesia e também dizia que o Augusto Duarte participava na votação, mas ele acabara de confirmar que não participava e que estava registado nas actas em como não participava. Portanto, o Membro Carlos Filipe introduzira dois elementos falsos e por isso na Grécia seria fortemente penalizado. Aqui seria fortemente penalizado pelo eleitorado porque quem iria julgá-lo seria o povo e ele era um mentiroso. -----

-----**O Membro Carlos Filipe Oliveira**, reportando-se à intervenção do Membro Américo Gegaloto, disse que este membro acabava por lhe dar razão. Na fase final da sua intervenção dizia que quando fora dado o impulso o Presidente da Câmara dissera que aquilo era municipal e era nessa perspectiva, na intervenção municipal, que não era total, mas parcial porque era através de um subsídio municipal, que fazia aquela intervenção. Ele não queria fiscalizar a Freguesia porque ela tinha os seus órgãos próprios. O que ele teria que fiscalizar, numa forma que aqui era indirecta, era a Câmara Municipal e era essa questão que ele estava a levantar, alertando para que iriam fazer o investimento e que haviam situações que deveriam ser clarificadas. Ele tinha consciência que não seria, nem politicamente nem do ponto de vista legal, correcto interferir na actividade dos outros órgãos e muito menos na questão da iniciativa privada, mas não poderia também dizer que a iniciativa privada poderia fazer o que quisesse que eles não se meteriam nisso, porque estava em causa dinheiro público, do município, e, portanto, teriam que fiscalizar ainda que fosse previamente.

-----Quanto à questão de que a Comissão seria hoje uma e amanhã outra, o que ele lera no órgão de comunicação social local fora o seguinte: “Independentemente do funcionamento da Direcção esta Comissão foi designada por tempo ilimitado até que estes projectos estejam devidamente completos e aprovados pelas entidades competentes, com os respectivos pareceres, assim como até à conclusão das obras”, ou seja, era nomeada uma Comissão de Acompanhamento das Obras com poder e tempo ilimitado, cujo limite seria o fim da obra. Aquilo era o que vinha referido no jornal “Nova Morada”, não estava a inventar coisas. -----

-----Das duas uma: Ou o esclareciam sobre esta matéria e diziam que a “Nova Morada” não

transmitira a realidade, ou então se esta era a realidade ela era preocupante, porque havia quem estivesse eleito vitaliciamente numa comissão e isso não fazia sentido. -----

-----Queria chamar a atenção que apenas estava a lançar um alerta mas iria acompanhá-la com bastante cuidado e se fosse necessário viria de novo com o assunto à Assembleia sem medo de ser punido por excesso de demagogia, porque não havia demagogia nenhuma. -----

-----**O Membro Miguel Alarcão Bastos** esclareceu que a Comissão de Acompanhamento era realmente ilimitada até que se cumprissem as premissas, a sua composição é que não era ilimitada, variava conforme as circunstâncias, mas eles estavam confiantes que seria também ilimitada porque a população da Quinta do Conde continuaria a dar o seu apoio ao PS.-----

-----Dada a palavra à Câmara Municipal, **o Presidente da Câmara** começando por justificar o porquê da ausência do Vereador Manuel Adelino na Assembleia, informou que uma vez que ele era o Presidente da Assembleia Geral da Associação dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra e estando a decorrer uma Assembleia daquela Associação, ele não poderia estar presente na Assembleia Municipal. -----

-----Quanto às questões colocadas pelo Membro Carlos Afonso, relativamente à co-incineração, disse que naturalmente que todos sabiam que o Governo decidira, e bem, que os resíduos tóxicos não poderiam continuar a andar ao “Deus dará” pelo nosso país e entendera que a eliminação desses resíduos deveria ser feita através da co-incineração e decidira também quais as cimenteiras onde essa queima deveria ser feita e nessa altura a Câmara Municipal tivera a oportunidade de discutir esta “problemática”, na eventualidade da Secil vir a ser contemplada como a cimenteira onde esses resíduos viriam a ser incinerados. Não se contentando, os Deputados da Assembleia da República constituíram uma Comissão Científica Independente que viera depois dar a conhecer a todos os resultados desse mesmo trabalho. -----

-----Estava convencido que cada um teria a sua opinião sobre esta matéria, até mesmo cada um dos Vereadores do PS, ou sobre qualquer outra e gostaria que ficasse claro que eles discutiam os assuntos previamente e quando não havia consenso entre eles cada um tentava exprimir os seus pontos de vista sobre qualquer assunto. Era isso que vinham fazendo e a co-incineração não fugia à regra. -----

-----Em relação ao relatório da Comissão Científica Independente que fora dado a conhecer, a ele, enquanto Presidente de Câmara de Sesimbra, não tinha nenhuma dúvida que a co-incineração

não iria provocar quaisquer danos ou prejuízos à economia do nosso concelho. Ainda ontem ouvira na televisão que a própria QUERCUS admitia também que a co-incineração no Outão não iria causar quaisquer problemas. Enquanto Presidente da Câmara estava sempre disponível, sobre esta ou qualquer outra matéria, para discutirem até à exaustão sempre que qualquer um dos Vereadores seus colegas do executivo entendessem colocá-la numa reunião de Câmara. -----

-----Sobre a longa entrevista que dera ao Jornal de Sesimbra acerca do balanço da actividade dos últimos três anos de mandato ela fora longa porque efectivamente o trabalho realizado nestes três anos era reconhecido por todos como bastante significativo. Mas, reportando-se às chefias, quando dissera, e mantinha, que quando a maioria PS chegara à Câmara, naturalmente que a maioria dos lugares, quer dos Directores de Departamento, quer dos Chefes de Divisão, eram da responsabilidade de militantes do PCP, dos Verdes ou daqueles técnicos que se já não estavam no PCP por lá tinham andado e que tinham saído há pouco tempo, mas também era verdade que este executivo de maioria socialista não pusera de parte qualquer um desses técnicos, eles é que não se sentiram bem e saíram porque a dinâmica do PS e a maneira de estar na política, na Câmara, era diferente da do passado. -----

----- Senão vejamos, a responsável técnica pela Divisão de Informação e Relações Públicas, não terminando, sequer, o tempo que ainda tinha por cumprir enquanto responsável por aquela Divisão, acabara por ir embora, pedindo transferência para a Câmara de Almada; o Director do Departamento Sócio Económico, que fora Deputado dos Verdes, pedira a sua transferência para a Câmara da Moita; um outro arquitecto que estava como Director de Departamento da Quinta do Conde, quando terminara o tempo de vigência da sua Comissão fora transferido para Sesimbra e passados alguns dias pedira para ir para a Câmara de Vendas Novas; uma outra técnica, terminando, também, o seu tempo de Comissão de Serviço deixara de ser a dirigente responsável pelo Departamento onde exercera funções e acabara também por ir para a Câmara de Almada. Portanto, não tinham posto de parte qualquer um dos técnicos. Dois deles quando terminaram as suas Comissões de Serviço saíram das suas funções, foram colocados outros e até tinham colocado como chefe de divisão uma técnica que não era do PS, mas fora colocada porque ao longo do tempo tinha dado boas provas.-----

----- Quem colocavam à frente das chefias dos serviços eram pessoas que tinham dado provas de reconhecida capacidade para desenvolver as suas tarefas. -----

-----Ninguém duvidasse que hoje dentro de qualquer espaço camarário as pessoas poderiam conversar à vontade sem qualquer receio do que quer que fosse. Eram os próprios funcionários que lhe diziam que hoje as coisas eram totalmente diferentes das do passado. -----

-----Quando também dissera que o primeiro ano não tinha sido fácil era verdade e quando dissera que não tinha uma ideia muito precisa do que era gerir uma câmara como Presidente não mentira porque quem fosse para uma câmara de um momento para o outro levaria algum tempo até que se apercebessem de como é que toda aquela máquina se movimentava e como é que deveria ser gerida. Hoje, era óbvio, que já se sentia com mais à vontade e com disposição para até ao final do mandato dar o melhor de si próprio em prol deste concelho. -----

-----Quanto à questão de que uma candidata a uma oferta pública de emprego não teria entrado e que outra candidata teria sido admitida mesmo não tendo estado aquando da entrevista, informou que essa candidata deveria ter impugnado esse concurso para que fosse esclarecido se efectivamente o que acontecera tinha sido de acordo com aquilo que o Membro Carlos Afonso dissera para que eles logo na própria altura esclarecessem e não ficasse a dúvida que algo de anormal acontecera. -----

-----No que respeitava à questão levantada pelo Membro Carlos Filipe sobre o apoio da Câmara quer à ACRUTZ, quer à Associação de Desenvolvimento da Quinta do Conde, quer ao Grupo Desportivo de Sesimbra a agora também ao Centro de Estudos Cultural e Acção Social Raio de Luz, naturalmente que contratos programas teriam de ser elaborados, teria que ficar definido que as verbas que a Câmara iria compartilhar seriam efectivamente para custear aquele empreendimento e que haveria por parte da Câmara uma fiscalização, assim como estava certo de que a Administração Central não iria de ânimo leve financiar sem também fiscalizar sobre as verbas que iria financiar. --

-----Dada a palavra **ao Vice-Presidente da Câmara**, este referiu que o Presidente já dera o esclarecimento que na altura lhes era possível dar, no entanto, para que não houvesse quaisquer dúvidas, como responsável pelo Pelouro dos Recursos Humanos, por delegação de competências do Presidente, gostaria de dizer que executava em todos os processos de admissão um acto que se chamava homologação final, ou seja o processo de selecção era conduzido regra geral por júris sectoriais que tinham a ver com a área de recrutamento, cuja coordenação incumbia regra geral aos vereadores responsáveis pelos respectivos pelouros, o que nem sempre acontecia, podendo o vereador ou o Presidente delegar num dirigente da área. -----



-----Em qualquer processo que viesse à sua mão para homologação ele tinha o cuidado de analisar com todo o pormenor porque eram actos de grande responsabilidade que estavam ali em causa principalmente porque envolviam pessoas e devia dizer que desde que estava na Câmara já tinha havido cerca de meia dúzia de processos onde tinha havido necessidade de esclarecimentos e confrontar os júris com determinados aspectos para que os processos estivessem lá todos de forma a que se as instâncias que tinham capacidade de inspeccionar e fiscalizar o pudessem fazer sempre e em qualquer momento. Não devia restar qualquer dúvida sobre isso. -----

-----Obviamente que não podia garantir que a situação que o Membro Carlos Afonso descrevia não se verificara, não era omnipresente, mas tentaria que as dúvidas fossem clarificadas, embora estranhasse que só hoje e no ano em que se estava o Membro viesse levantar a questão. Parecia-lhe errado que a familiar do Membro não tivesse levantado o problema na altura porque era isso que lhe competia.-----

-----Seguidamente o **Vereador Alberto Gameiro** disse que depois da intervenção do Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira em que o seu nome fora frisado pelo facto de estar ligado à Associação de Desenvolvimento da Quinta do Conde num processo para o qual fora contactado, nomeadamente para proceder a um apoio com o qual todos deviam estar empenhados para que o processo da construção das piscinas na Quinta do Conde e do Salão das Áreas Sociais e Desportivas da Colectividade avançassem, não podia deixar de intervir. -----

-----Fazia parte do grupo de pessoas, que não lideravam o processo, mas desempenhavam um papel de apoio e, de pressão junto das entidades que tinham algum papel a desempenhar na aprovação dos processos, porque como se sabia, por vezes os processos não avançavam sem que alguém estivesse empenhado no seu desenvolvimento. -----

-----Congratulava-se com a paciência do seu camarada Augusto Duarte perante as insinuações que aqui haviam sido feitas pelo Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira. -----

----- Quanto ao facto de diversas pessoas fazerem parte de mais de um órgão, lembrava o companheiro de Partido do Membro Carlos Filipe, Valentim Loureiro, que fora Presidente da Câmara Municipal de Gondomar e era Presidente do Boavista, que depois delegara no filho mas quem mandava era ele.-----

-----O Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira tinha que ter consciência que em termos da Quinta do Conde e do Concelho de Sesimbra, o Partido Socialista estava empenhado em

desenvolver o Concelho. O Membro Carlos Filipe estava a tentar através da rama de algumas notícias que vinham na Comunicação Social provocar e ele tirava o chapéu ao seu camarada Augusto Duarte. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que o Membro Carlos Afonso solicitara há cerca de dois anos, à Mesa da Assembleia, que providenciasse junto da Câmara esclarecimentos sobre o assunto, o que de facto fora feito e remetidos ao Membro Carlos Afonso.-----

-----Usou em seguida da palavra o **Membro Maria da Conceição Morais Matias** que começou por dizer que tendo em conta a resposta que o Presidente dera quanto aos comunistas que chefiavam departamentos ou divisões na Câmara Municipal e que haviam saído, o Presidente referira quatro pessoas e nenhuma delas membro do PCP, inclusivamente a última que referira fora uma técnica apoiante activa na campanha do Presidente da Câmara. Se tinham saído seguramente fora por não se sentirem bem na gestão PS. -----

----- Quanto ao Presidente não ter dúvidas de que hoje se trabalhava melhor na Câmara, ela tinha dúvidas. Ela não trabalhava lá mas pelo número de trabalhadores que a Câmara tinha hoje, com as mesmas instalações que tinha há três anos atrás era impossível trabalhar-se melhor.-----

-----**O Membro Carlos Afonso** disse sobre a matéria da co-incineração e Parque Natural da Arrábida que a maioria socialista não tinha perspicácia sobre a matéria porque o Presidente dizia que o Governo decidira bem porque era melhor do que queimar a céu aberto, mas ele perguntava se queimar naquele sítio onde as organizações do Concelho e do Distrito, nomeadamente a Região de Turismo eram contrárias, o Presidente da Câmara continuava a dizer que ali é que estava bem porque o Governo assim queria e continuava a correr sozinho. -----

-----Quando abordara a questão dos técnicos, o Presidente da Câmara não nomeara nenhum do quadro. Disse depois que como o Presidente da Assembleia Municipal dissera, na altura ele requerera a acta do júri do concurso para o qual o seu familiar concorrera, tinha a acta em seu poder, e decerto haveria uma cópia nos serviços.-----

-----**O Membro João Capítulo** pediu que o Presidente da Câmara transmitisse ao Vereador Manuel Adelino a sua disponibilidade e a sua saudável promiscuidade em se predispor em ser dirigente associativo neste Concelho em mais do que uma Associação, ou seja os Bombeiros e a Misericórdia, e era preciso era que houvesse muita gente desta no Concelho e no País. -----

-----Falou depois o **Membro Félix Rapaz** que disse que o debate e a Assembleia Municipal

tinham ficado manchados, tinha havido uma mentira deliberada, e ele não conseguia olhar para o líder de bancada do PSD como um político mas sim como um mentiroso. -----

-----O **Membro Carlos Filipe** protestou dizendo que vinha tendo alguma paciência a ouvir alguns insultos na sessão mas simplesmente aquele tipo de provocação gratuita que lhe estava a ser feita sem conteúdo nenhum, não tinha qualquer substracto como intervenção. Se se entrava no esquema de pedir a palavra para se insultar um Membro da Assembleia não sabia onde se ía parar. -

-----Encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, o **Presidente da Assembleia** deu início ao ponto 1 "**Apreciação da Actividade Municipal**". -----

-----Usou da palavra o **Membro Carlos Afonso** que iniciou por dizer que a primeira questão que levantava era sobre a segurança dos cidadãos nomeadamente no Concelho e o papel da GNR -----

-----Há cerca de quinze dias tinha havido um debate na Assembleia da República sobre a segurança dos cidadãos, onde o Sr. Ministro dissera que o seu antecessor lhe tinha deixado o orçamento onde constavam cerca de 44 novas esquadras e quartéis a serem implantados no País e que ele aumentara para 68 ou 69. -----

-----O Presidente da Câmara incluía na informação da actividade municipal que reunira no dia 24 de Janeiro com o Director Geral do DGEPI onde falara sobre matéria semelhante, pelo que perguntava qual era situação do Concelho. Já se passaram três anos, e em matéria de segurança era aquilo que se conhecia, eram assaltos, pessoas baleadas. Fora cedido o terreno para o quartel da GNR. No início do mandato avançara com alterações ao protocolo, pelo que perguntava quando é que o Concelho de Sesimbra com uma conjuntura favorável, possuía uma proposta concreta para o Concelho quer ao nível da Freguesia de Santiago, Quinta do Conde e Castelo. -----

-----Outra questão era relativamente a uma intervenção que produzira na última sessão em que o Presidente da Câmara dissera que o líder da Bancada da CDU não sabia o que estava a dizer, e ele estava a ler parte de um discurso que o Presidente referira em Dezembro de 99 de que no ano 2000 iriam começar as obras de habitação social na Charneca da Cotovia e a recuperação da Casa do Bispo, mas fora só em Fevereiro de 2001 que a Câmara aprovara o estudo prévio para a habitação social na Charneca da Cotovia e as propostas de abertura de concurso para a Casa do Bispo, e depois o Presidente da Câmara dizia que o líder da CDU não sabia o que estava a dizer, então perguntava quem é que não sabia o que estava a dizer. -----

-----Prosseguiu dizendo que decerto a Câmara já teria o levantamento das intempéries porque a

máquina hoje girava de uma forma célere, pelo que gostava de saber se a Câmara tinha algum projecto, ou intenção de atacar aquelas situações. Antigamente havia n funcionários e a máquina era pesada, hoje passava-se do dobro mas a máquina era leve -----

-----Perguntou depois se o Presidente da Câmara tinha conhecimento, em termos de descentralização de competências, se as Juntas e as Assembleias de Freguesia já tinham deliberado relativamente à matéria. -----

-----Terminou dizendo que haviam abrigos das paragens de autocarros que estavam cheios de ervas e justificava-se alguma limpeza e pintura, ou através dos serviços da Câmara ou de descentralização para as Juntas. -----

-----Usou depois da palavra o **Membro José António** que perguntou em que ponto estava a revisão do Plano de Urbanização da Quinta do Conde e se estaria concluída antes do final do mandato, aquela pergunta já a tinha feito há cerca de 2 anos ao Presidente da Câmara.-----

-----Perguntou depois o que é que o Presidente da Câmara poderia dizer sobre o Parque Industrial da Quinta do Conde. -----

-----Por fim disse que no mês de Março fora distribuído o Boletim da Câmara Municipal onde anexava o Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Concelho de Sesimbra, só que no momento em que estavam a distribuir o Regulamento na Quinta do Conde estavam a colocar placas toponímicas totalmente contrárias ao que definia o Regulamento. Por exemplo no artigo 13º. do regulamento dizia que a composição das inscrições a efectuar nas placas toponímicas deveria respeitar a seguinte configuração: a) a primeira linha conterà denominação do tipo de via pública; b) a segunda linha deverá ter o nome sem título honorífico, académico ou militar, no case de se tratar de um nome próprio; c) na terceira linha constará o ano de nascimento e de óbito, caso se trate de um evento a data respectiva ou sendo um facto temporalmente definido as respectivas datas de enquadramento; d) na quarta linha o título honorífico, académico, militar ou facto biográfico pelo qual foi conseguida a notoriedade pública." -----

-----Nada daquilo constava das placas, o que constava era se era rua e depois o nome do evento ou da pessoa, sem se dizer qual a sua notoriedade. No preambulo do Regulamento era alertado para a importância de se incluir aqueles dados, mas nada daquilo era feito, pelo que gostava de ouvir a opinião da Câmara. -----

-----Falou em seguida o **Membro Aires Lisboa** que começou por dizer que em Alfarim existia

um Largo onde em tempos tinha havido um parque infantil e por altura de uma festa de natal fora retirado e os miúdos nunca mais tiveram parque e só areia mas mesmo assim brincavam no lugar, mas chamava a atenção para o facto de terem lá colocado um candeeiro com uns 14 ou 15 metros de altura com 4 campânulas de folha e com o vento estas estavam constantemente a bater e em qualquer altura podiam cair e se estivesse alguma criança por baixo ou outra pessoa qualquer porque ali funcionava um mercado ambulante aos sábados e domingos, podia ser grave. -----

-----Outra situação era relacionada com o abate dos pinheiros infectados, com o qual concordava mas julgava que o abate devia ser revisto porque ainda tinham restado muitos pinheiros infectados e se o objectivo era que a chaga não proliferasse se continuavam a lá estar infectavam os outros, nomeadamente na rua do Mageco, ou seja a rua da ponte do Concelho para os Fornos. -----

-----Usou depois da palavra o **Membro Maria da Conceição Morais Matias** que referiu que no mapa de expediente constava o envio à Assembleia Municipal do processo respeitante ao pedido de autorização de empréstimo à Sociedade Grutas Senhora do Cabo, AS, no valor de quatro mil contos para regularização das dívidas e suporte de despesas de funcionamento relativas ao exercício de 2000 pelo que gostava que a Câmara fizesse o ponto de situação relativa às Grutas do Zambujal, uma vez que já algum tempo que não se falava na questão e na informação da actividade municipal havia unicamente uma referência a uma reunião sobre o acesso às Grutas com o Vereador Cristovão. -----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que o assunto referenciado pelo Membro Conceição Morais tinha baixado à Comissão “B” para apreciação e eventual emissão de parecer. -----

-----Em relação à situação da Sociedade, pela parte que competia à Mesa da Assembleia Geral, já informara há algum tempo atrás que a situação dos relatórios e contas estavam devidamente regularizadas. -----

-----Falou em seguida o **Membro Francisco Alvim** que na qualidade de membro da Direcção Florestal do Distrito de Setúbal informou que a Associação estava a fazer todos os esforços para marcar todas as arvores infectadas mas não tinha a certeza se era só a nível dos associados e se havia algum acordo a nível de ruas ou terrenos camarários. -----

-----Cedida a palavra à Câmara Municipal o **Presidente da Câmara** informou relativamente às questões abordadas pelo Membro Carlos Afonso que tivera oportunidade de conversar com os

responsáveis pela GNR a nível local e da zona territorial de Setúbal e para agrado de todos, ainda que não fosse a situação ideal, o Concelho de Sesimbra ainda era daqueles onde se fazia sentir a segurança dos cidadãos e tinha o exemplo do último carnaval em que ele, o Vereador Cristovão e o Vereador Augusto Pólvora tinham tido reuniões com os responsáveis pela segurança e fora-lhes transmitido que tinha que ser dada uma preocupação especial a este Concelho naquela época de modo a que não acontecesse o que se tinha passado no ano anterior. A prova fora que tinha havido da parte dos responsáveis a aceitação de que poderia ser preocupante e tinham desencadeado uma acção de segurança e não tinha havido qualquer problema.-----

-----Sesimbra era um dos concelhos mais seguros.-----

-----No que respeitava à construção dos quartéis fora recebido pelo Sr. Director Geral do Equipamento, Sr. Engº. Morais com vista à programação do lançamento do início do concurso da construção do quartel da GNR em Sesimbra. Tinham sido dadas instruções à técnica que estava a executar o projecto de arquitectura no sentido de acelerar o processo de modo a que a obra fosse posta a concurso. Também lhe tinham dito que passados dois meses ele o procuraria para lhe dar a conhecer a data em que a obra seria posta a concurso. Estava a acompanhar o processo mas sabia que a técnica ainda não entregara o processo na Direcção Geral mas acreditava que em breve a obra estaria a concurso, o qual depois de concluído iria permitir que a Direcção Geral do Património cumprisse o que escrevera ou seja a entrega da Fortaleza ao Município.-----

-----Quanto às suas afirmações aquando da discussão do Plano e Orçamento para 2001 no que respeitava à habitação social disse que fora feito um novo recenseamento exaustivo que permitira à Câmara saber o número exacto das famílias necessitadas de habitação social. O processo fora enviado para o Instituto Nacional de Habitação com vista a uma candidatura para o número de fogos que a Câmara, para já, pudera indicar como possíveis de se virem a construir a breve prazo. Lembrava que eram 12 fogos no Matadouro cujo projecto já estava feito, em breve iria a reunião de Câmara. Eram 26 fogos na Cotovia cujo projecto estava em fase de conclusão e 110 fogos no Bairro Infante D. Henrique que eram 50 para realojar as famílias que lá estavam e 60 para novas famílias. Quando afirmara que a construção dos fogos eram passíveis de serem construídos no ano de 2000, não dissera nenhuma mentira porque em devido tempo lançara o concurso de CDH mas ninguém concorrera porque eram 26 fogos e naquele tipo de empreitada os empreiteiros diziam que só com mais de 100 fogos o trabalho era rentável. Assim a Câmara solicitara aos serviços que fizessem o

projecto, cujo estudo prévio já fora apresentado à Câmara.-----

-----Relativamente à Casa do Bispo a Câmara deliberara abrir concurso.-----

----- No que respeitava à conservação e manutenção dos caminhos, ainda continuava a chover portanto ainda não era o momento oportuno para se avançar em força com a recuperação dos caminhos quer em macadame, quer nos asfaltados, mas mesmo assim, nos dias em que lhes era permitido, os serviços estavam a executar trabalhos em arruamentos. Infelizmente no nosso Concelho eram muitos os arruamentos que não estavam asfaltados, a começar pela Quinta do Conde e esses não só ficavam degradados com as intempéries como degradavam os outros com uma cota inferior que estavam asfaltados. A Câmara adjudicara cerca de 7 arruamentos na Freguesia do Castelo.-----

-----A Câmara estava a avançar num processo que iria permitir talvez daqui por uns meses outras obras de maior envergadura em termos de asfaltos.-----

-----Quanto à descentralização nas Juntas de Freguesia iria saber junto dos Presidentes das Juntas se as respectivas Assembleias já se haviam pronunciado.-----

-----Relativamente aos abrigos era sabido que alguns estavam em mau estado mas também era sabido que a Câmara ainda não conseguira firmar um contrato de comodato com uma empresa de mobiliário urbano que iria permitir a colocação de novos abrigos. A Câmara abriu concurso, duas empresas tinham levantado os cadernos de encargos, depois não haviam apresentado as propostas, ficara deserto o concurso e a Câmara agora iria avançar com um ajuste directo a uma empresa que os havia procurado, a qual para além de abrigos colocava outro material urbano.-----

-----Quanto às questões colocadas pelo Membro José António informou que a revisão do Plano de Urbanização da Quinta do Conde estava concluída e na próxima Quarta-feira dia 28 haveria uma reunião de trabalho de todo o executivo por forma a haver um consenso e ser deliberado em reunião de Câmara para ser enviado às entidades que se tinham que pronunciar sobre a mesma.-----

-----No que respeitava ao parque industrial na Quinta do Conde o Vereador Gameiro esclareceria.-----

-----Sobre o não cumprimento do Regulamento de Toponímia iria indagar junto dos serviços para saber efectivamente o que se estava a passar.-----

-----Relativamente à intervenção do Membro Aires Lisboa, o Presidente da Câmara disse que a Câmara tivera que retirar todas as peças que existiam no chamado parque infantil de Alfarim porque

ofereciam perigo às crianças que o utilizavam e fora o Instituto do Desporto juntamente com a Câmara, em função da legislação que hoje regia os parques infantis. -----

-----Quanto às campânulas que podiam cair o Presidente explicou que fora entregue a um arquitecto o estudo para remodelação de todo o Largo de Alfarim. Ter-se-ia que enterrar os sanitários. O arquitecto já mostrara um primeiro trabalho e em breve iria fazer a entrega do projecto de modo a que a população de Alfarim se pronunciasse. De qualquer forma em termos de “timing” não sabia quando é que a obra seria posta a concurso. -----

-----No que respeitava aos pinheiros doentes disse que através do Pelouro da Protecção Civil, os sapadores florestais da Câmara percorriam todo o concelho com uma viatura e conjuntamente com a AFLOPES vinham a fazer um trabalho que ainda na semana passada numa reunião que tivera com o Eng. Lúcio Rosário e o Sr Tenente Coronel Fonseca tinham enaltecido o trabalho que a Câmara de Sesimbra estava a fazer na área da Protecção Civil em termos dos sapadores florestais, uma vez que a Câmara entendera constituir uma equipa.-----

-----Relativamente às Grutas Senhora do Cabo disse que se não tivesse sido o empenhamento do Presidente da Assembleia Municipal na qualidade de Presidente da Assembleia Geral da Sociedade, o seu empenhamento e o de uma técnica da Câmara e também a disponibilidade da equipa de contabilidade, técnicos oficiais de contas e revisores oficiais de contas ainda hoje não estariam aprovadas as contas dos anos de 95, 96, 97, 98 e 99. Este empenhamento não existira no passado. --

-----Conseguira que as contas fossem aprovadas com o seu compromisso junto da empresa de técnicos oficiais de contas e da empresa revisora oficial de contas que a Câmara a exemplo do que fizera a outra associada teria que fazer um empréstimo à Sociedade de molde a solver as dívidas que nunca tinham sido pagas às empresas. Era um processo que a Câmara já deliberara e que em breve a Assembleia teria oportunidade de deliberar também. -----

-----A Câmara tivera uma reunião com um dos accionistas da Sociedade que era a Jovigruta onde ficara definido a quem é que competia autorizar as visitas à Gruta. Nessa reunião para além da Câmara e da Jovigruta estivera o Sr. Director do Parque Natural da Arrábida e ficara claro de uma vez por todas que competia ao Parque Natural da Arrábida autorizar, ou não, as visitas à Gruta e não a empresa proprietária dos terrenos. À empresa seria sempre dado conhecimento pelo Parque Natural da Arrábida das visitas autorizadas. No passado recente este tipo de diálogo nunca fora concretizado. -----



-----A Câmara tinha em mãos conjuntamente com o Núcleo de Espeleologia da Costa Azul (NECA) e o Instituto de Conservação da Natureza um projecto que era o Centro de Interpretação Ambiental para o Zambujal e sobre o qual pediu ao Vereador Cristovão que fizesse a sua apresentação embora de forma sucinta dado o adiantado da hora. -----

-----Cedido o uso da palavra ao **Vereador Fernando Cristovão** este iniciou por dizer que o Centro de Interpretação Ambiental do Zambujal era um projecto que iria contemplar as vertentes da arqueologia, espeleologia, paleontologia, fauna e flora da Arrábida. -----

-----Estas eram as grandes riquezas ou a grande realidade de património que existia na localidade. Era um projecto da iniciativa conjunta do NECA, da Câmara e do Parque Natural da Arrábida porque estavam envolvidos técnicos daquela instituição. -----

-----Era um projecto que já estava contemplado num programa que fora aprovado por unanimidade pela Câmara que era o programa museológico para o Concelho de Sesimbra e que pretendia considerar todo o seu património, visibilidade, exposição, património histórico e natural. -

-----Seria feita uma candidatura ao programa operacional do ambiente pelo próprio ICN, entidade que tutelava as matérias do ambiente e que dera toda a importância ao projecto quando fora exposto.-----

-----Colocava-se o problema da propriedade do terreno que não era nem do ICN nem da Câmara mas sim de um industrial do Concelho ou mais propriamente por uma empresa constituída por vários familiares do industrial. Estava neste momento em curso uma avaliação ao valor do imóvel e concerteza haveriam conversações com o proprietário.-----

-----O **Membro Aires Lisboa** perguntou se as campânulas do Largo de Alfarim sempre iriam ser retiradas tendo-lhe sido respondido afirmativamente. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** encerrou o Ponto 1 da Ordem de Trabalhos e deu início à discussão do ponto 2 **Novo Regime Eleitoral dos Órgãos das Freguesias e dos Municípios**, tendo lembrado que o agendamento do ponto fora na sequência de uma conversa com o líder da Bancada da CDU, depois extensível aos restantes líderes. -----

----- Como era do conhecimento de todos haviam diversas propostas de lei em discussão na Assembleia da República sobre aquele regime eleitoral. O adiamento da Assembleia Municipal por 30 dias poderia ter eventualmente retirado alguma oportunidade à discussão e ao debate. De qualquer modo nada fora decidido em termos de concreto e definitivo na Assembleia da República

pelo que na sua essência se mantinha o interesse no debate embora todos soubessem que não era para curto prazo o novo regime eleitoral conforme se pensava na altura do seu agendamento. -----

-----Tinham sido disponibilizadas as propostas de lei do PCP, PS, PSD, CDS-PP e Bloco de Esquerda, as quais devido à sua dimensão tinham sido fotocopiadas para os líderes de bancada e sido informado os restantes membros que se pretendessem cópias as solicitassem. -----

-----Aberta a discussão usou da palavra **o Membro Carlos Afonso** que disse que ainda era oportuno discutir o assunto uma vez que este implicava situações gravosas. -----

-----A CDU entendera solicitar à Mesa e aos líderes de Bancada a discussão do assunto: “alteração da lei eleitoral para as autarquias locais bem como o regime jurídico de funcionamento e as respectivas competências para todos os órgãos” uma vez que era o próprio PS e o PSD que queriam avançar com o assunto através de propostas de Decreto-Lei. -----

-----Dado que tinha havido luz verde para o agendamento da matéria passava a expor o seguinte:

-----Do ponto de vista da CDU este assunto era estranho para não dizer um pouco ridículo. Quem andava nas autarquias há 25 anos sabia que durante este quarto de século em diversos órgãos da autarquia haviam sido abordados, discutidos e aprovados reivindicações, novas competências, novos poderes, mais dinheiro, em suma, haviam levado uma série de anos a reivindicar na íntegra a aplicação da lei das finanças locais, porque não fazia sentido que havendo uma lei aprovada por unanimidade na Assembleia da República esta levasse cerca de 14 anos a ser aplicada. -----

-----Todas as forças políticas tinham aprovado moções naquele sentido e agora pouco aparecia dessas reivindicações nestas propostas de projecto-lei e aparecia aquilo que intitulava de ridículo. --

-----O Instituto Nacional de Estatística tinha publicado em diversos órgãos da comunicação social que cerca de 90% das Câmaras deste País tinham maioria absoluta, portanto perguntava como é que se entendia que as propostas do PS e do PSD propusessem a extinção das maiorias relativas e do método de Hondt, e a lista vencedora quer ganhasse por dez ou por um voto era a única a governar. A proposta do PS até dava a possibilidade ao cabeça de lista à Assembleia Municipal de ir buscar pessoas fora do Concelho e fora da lista para compor o seu executivo. -----

-----Sempre defendera a participação das forças políticas e a participação das pessoas no acto eleitoral que implicasse nem que fosse a entrada de uma pessoa na Câmara ou na Assembleia Municipal, mas se estes projectos fossem para a frente deixava de ser. E depois não se admirassem que a abstenção era grande. -----

-----Em vez de se contemplar nos projectos as reivindicação que ao longo destes anos se tinham apresentado nomeadamente na área do domínio público marítimo e lembrava uma situação passada com ele na situação de vereador em que por mandar arranjar a sapata na praia tivera que ir responder a tribunal. Em vez de se reivindicar mais competências quer na área da saúde, da educação, etc, optava-se por se pretender um executivo todo da mesma força política, onde não haveria oposição nem havia a hipótese de debater ideias, daí que perguntasse se era aquilo que era democracia.-----

-----Decerto haveriam muitos militantes do PS e do PSD que não estariam de acordo, principalmente pessoas que já andavam nos órgãos autárquicos há muitos anos e que se davam bem uns com os outros e se respeitavam mutuamente independentemente de por vezes na defesa de certas ideias haverem diálogos mais quentes ou mais calorosos, mas em democracia era assim.-----

-----Com a aprovação daqueles projectos seria um autêntico rombo no âmbito da democracia portuguesa, e algumas pessoas, nomeadamente governadores civis, sectores da igreja, historiadores, autarcas, haviam-se manifestado na comunicação social e poucas tinham sido as favoráveis à aprovação destas alterações.-----

-----Tinha ouvido num debate da televisão um deputado do PS dizer que fora eleito e portanto tinha plenos poderes para fazer aquilo que bem entendesse porque o voto do povo permitia-lhe isso mas esse deputado estava enganado. Podia-se ter maioria absoluta, podiam ser todos da mesma cor mas vir dizer que se podia avançar com uma lei daquele género era engano.-----

-----A sua Bancada tinha uma proposta de Moção para apresentar mas gostava de ouvir primeiro o que é que as restantes bancadas tinham para dizer.-----

-----Usou em seguida da palavra o **Membro Miguel Bastos** que iniciou a sua intervenção dizendo que sobre a questão da revisão da legislação autárquica e funcionamento dos seus órgãos, ele achava que haviam muitas questões que deviam ser alteradas.-----

----- Ao fim de 25 anos de experiência autárquica só ficava na mesma quem não quisesse mudar. Da experiência que se ia vivendo ao longo dos 25 anos haviam muitas ilações a tomar e muitas correcções a fazer. Ele falava à vontade porque felizmente na sua bancada talvez houvessem seis ou mais posições diferentes. Cada um tinha a sua experiência e a sua ideia e não eram detentores de uma verdade única. Quando as pessoas tinham uma bandeira e uma verdade única ficava muito assustado. As pessoas quando falavam com muitas certezas e determinações pareciam que estavam

agarradas a uma coisa que estava a ir ao fundo mas queriam continuar agarrados. -----  
----- A sua posição era pessoal e poderia ou não ter a ver com outras posições da sua Bancada. --  
----- Haviam questões que o preocupavam no poder autárquico e questões que deviam ser alteradas e portanto não era seguidista em relação à posição. -----  
-----No debate o que o interessava era eventualmente a Assembleia analisar alguns aspectos que a preocupavam e não tinha problemas em aprovar questões desses mesmos aspectos sobre os quais ele achava que era preciso pensar e mudar. -----  
-----Posições pré-determinadas, de combate na rua daquilo que não se conseguia em termos eleitorais e em termos de parlamento, aí não participava. Achava que os executivos camarários deviam ser maioritários porque quem ganhasse as eleições devia ter a possibilidade de governar e devia julgado do seu governo ao fim do mandato e tinha que governar mediante determinadas regras. No sistema actual e da experiência que tinha dos órgãos autárquicos era mais fácil ter-se no executivo camarário elementos de outras forças políticas para haver um controlo dessa mesma gestão do que fazer executivos maioritários exclusivos de uma força política. -----  
----- Pensava que quem ganhava devia ter maioria para governo mas devia em simultâneo existir elementos de outra força política proporcionalmente ao nº. de votos que obtivesse. -----  
-----Por outro lado achava que desde o momento em que os eleitos tivessem condições para isso deviam ter o direito de poder exercer as suas funções a tempo inteiro. A limitação de vereadores a tempo inteiro ser a x ou y não fazia sentido. Da experiência que tinha qualquer Câmara justificava que todos os vereadores pudessem exercer o seu mandato a tempo inteiro. Não lhe parecia decente continuar a exigir que os vereadores da oposição não tivessem tempo inteiro e se exigisse uma dedicação à causa. Era uma selvajaria, hoje em dia, exigir-se a um elemento um sacrifício daqueles. Já se passara da fase do amadorismo e já não se justificava. Ele defendia que as pessoas que fossem eleitas tivessem disponibilidade para o fazer em “full time”, talvez não fosse obrigatório, mas a lei devia prever que isso fosse assim. -----  
-----Em relação a uma outra questão que também era controversa de que os executivos deveriam ser de uma só força política, sem oposição e que a Assembleia Municipal fosse um órgão por excelência no controlo e fiscalização das acções, da experiência que tinha de ambos os órgãos já se via aflito para arranjar gente para a Assembleia, se arranjassem mais funções, das duas uma, ou arranjavam um “staf” mínimo, necessário e suficiente para aquilo funcionar e os membros eram um

complemento, ou achava ridículo pensar-se daquela forma, esta era a sua posição. Não via condições para a Assembleia Municipal ter um ritmo maior sob pena de não funcionar, mas admitia que se pudesse aumentar as funções do órgão e que inclusivamente pudesse ter uma comissão executiva de funcionamento permanente com elementos em “part-time” ou “full-time” que ajudasse a que a Assembleia Municipal se pudesse dedicar de uma outra forma e com outro acompanhamento na fiscalização. Só com o amadurismo de cada um não lhe parecia possível. -----

-----Haviam muitos outros aspectos, em termos de competências, direitos e deveres de cada um dos órgãos que deviam ser analisados. O problema das Juntas de Freguesia também o preocupava. Não via que se pudesse continuar a viver o trabalho das Juntas e uma política de descentralização que todos, de uma forma ou outra, acabavam por achar que seria benéfica para as freguesias e que os membros, por um motivo ou outro, iam deixando tropeçar alguma dessa descentralização. A seu ver isso acontecia também fruto de uma conjuntura real que era a falta de disponibilidade que alguns autarcas tinham de poderem dedicar mais tempo a cada um dos órgãos.-----

----- Em relação aos executivos das juntas não sabia se a situação actual era satisfatória, se calhar tinha que ser revista e se calhar era necessário haver mais elementos na Junta que pudessem dar um contributo de forma a que muitos dos outros aspectos de descentralização se pudessem efectivar.---

-----Usou depois da palavra o **Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** que começou por dizer que esta matéria antes de ser legislada pelos órgãos próprios devia ser objecto de um debate profundo na sociedade portuguesa e especialmente um debate em que participassem todos aqueles que tinham a experiência autárquica e que participavam nas autarquias há menos ou mais anos. Mudar a legislação autárquica e a forma de representatividade podia ser um pau de dois bicos e ser perigoso. O Membro Alarcão Bastos dizia que era necessário mudar determinadas coisas, se calhar era, mas era necessário pensar-se em outras coisas.-----

----- Hoje o grande drama relativamente às autarquias era a questão da participação, ou o desinteresse das pessoas em participar. Quando chegava a altura das eleições havia dificuldade em arranjar as pessoas para compôr as listas, não o nº. mas a capacidade, e as autarquias não podiam ser vistas como uma coisa onde qualquer um servia, hoje em dia as exigências eram grandes, a gestão das autarquias era complexa, as pessoas, no seu direito, cada vez exigiam mais qualidade, acção, e exigia mais investimento e portanto tinha que haver gente capaz para isso. E aqui colocava-se a questão da gestão de quem gere e como gere. Ele pessoalmente não estava de acordo com os

chamados executivos homogéneos porque era impraticável e podia levar a situações perfeitamente absurdas. Era impraticável porque a um executivo homogéneo teria que corresponder um órgão fiscalizador político, porque existia fiscalização como o IGAT e uma série de instituições que podiam exercer fiscalização técnica, mas havia a fiscalização política que não era displicente e a única forma que teríamos para arranjar um órgão de fiscalização política seria uma Assembleia de deputados municipais a tempo inteiro, que era economicamente inviável, ou então com comissões permanentes mas também era inviável economicamente. Não se devia querer mudar por mudar e poderia levar ao não funcionamento das autarquias e para se tentar colmatar uma situação que era a falta de participação e de interesse das pessoas, ir-se-ia afastá-las ainda mais, e isso era um grande perigo porque as autarquias tinham que ter uma relação directa com as pessoas e provocar o interesse delas em participar. -----

-----Quanto aos executivos de que quem ganhava ficava com a maioria ele tinha sérias dúvidas para que as coisas funcionassem assim. Já tinham tido experiências no Concelho e noutros Concelhos em que sem a maioria absoluta por parte de uma determinada força política era possível governar e governava-se em consenso, era um diálogo permanente e não havia imposições, e aquilo era possível. Muitos concelhos eram governados assim. Perguntava, quantos concelhos e quantos executivos tinham caído por manifesta incompatibilidade entre as diversas forças políticas durante os 25 anos que tinham de autarquias?. Ele conhecia alguns que tinham caído por incompatibilidade dentro da própria força maioritária, mas de entre diversas forças políticas não se lembrava de nenhum. A questão de manter uma situação de executivo maioritário era discutível, aceitava discuti-la e deveria ser discutida profundamente.-----

-----Havia uma outra questão que era a questão da possibilidade dos independentes concorrerem. Ele era radicalmente contra esta situação e passava a explicar porquê. Todos sabiam que hoje em dia as autarquias eram pressionadas por interesses económicos bastante grandes e as autarquias e os autarcas resistiam, entre outras coisas, porque não só tinham uma fiscalização dos órgãos autárquicos mas tinham por detrás de si um partido, um conjunto de órgãos que fiscalizavam aquilo que muitas vezes as oposições não fiscalizavam e não lhe chocava nada que um dia pudesse acontecer que um determinado interesse económico levasse a que fosse eleito qualquer um e a seguir esse interesse económico comesse tudo o que quisesse comer dentro do concelho, pois não tinha que dar contas a ninguém.-----

-----Aquele presidente de câmara ia-se embora e o concelho ficaria reduzido a cacos, irremediavelmente comprometido porque não existia por detrás daquela eleição um fundamento político que orientasse um determinado projecto autárquico, mas existia apenas um objectivo que era atingir lucro fácil, ou seja, atingir objectivos económicos, não diria ilícitos, mas que seriam objectivos económicos, que no ponto de vista do concelho este ficaria irremediavelmente afectado. Hoje em dia o marketing fazia tudo e eles viam como se elegia neste país, hoje em dia, interesses com marketing. Bastava por exemplo ver, aquele fenómeno estúpido do Big Brother em que poderia ser eleito um presidente de câmara. Portanto, era radicalmente contra qualquer lista de independentes em termos de municípios. -----

-----Relativamente às freguesias, dadas as suas competências, o alcance e o dano que poderia causar, um projecto destes seria diminuto porque tinha a autarquia em cima que era quem tinha todo o poder de gestão efectiva do concelho.-----

-----Relativamente a esta matéria, não fossem embarcar em populismo fácil. O futebol fazia-se com os clubes de futebol, o sindicalismo com os sindicatos e a política com os partidos políticos, porque então não iriam aumentar a participação mas a possibilidade de degradação da vida das populações. Hoje em dia os partidos políticos recebiam no seu seio independentes e procuravam-nos, mas enquadrados dentro de uma determinada filosofia política e quando apareciam pessoas numa lista de um partido como independentes o eleitor sabia mais ou menos qual seria a filosofia dessa pessoa e qual seria a filosofia para o seu concelho, ao passo que em relação a um independente não sabiam e verdadeiros independentes não existiam. -----

-----**O Membro Francisco Alvim** disse que era totalmente a favor das candidaturas de cidadãos independentes porque pensava que era a forma mais democrática de eleger uma câmara municipal. Essas candidaturas permitiam que as pessoas e o arranjo de uma lista não estivesse sujeita à politização derivada de um partido e defendia que as listas independentes deveriam ser aceites em condições equivalentes às dos partidos, porque até agora, como sabiam, só estava legislada a parte em que era permitida a apresentação de listas independentes às juntas de freguesia e esta legislação tornava praticamente impossível as candidaturas independentes mesmo às juntas de freguesia. Para que houvesse uma candidatura a uma junta de freguesia teria que se ter 20% de assinaturas das pessoas da freguesia a dizerem que concordavam com aquela lista e que a apoiavam. -----

-----**O Membro Conceição Morais** referiu que independentemente de já ter passado o primeiro

impacto das propostas apresentadas na Assembleia da República e que estavam agora em sede de Comissão para serem discutidas na especialidade, na opinião pública, nomeadamente e muito concretamente nos eleitos locais, pensava que era justo referir a importância desta discussão serena na Assembleia Municipal, embora tudo indicasse não haver já hipótese de qualquer uma das propostas ser aplicada no acto eleitoral em Dezembro deste ano.-----

-----Um outro aspecto que gostaria de referir era que a par destas leis havia uma outra que também estava em sede de Comissão e que vinha ao encontro das justas reivindicações dos membros das Assembleias Municipais, que era um projecto-lei do PCP sobre a dignificação das Assembleias Municipais com o reforço de poderes. Isto vinha ao encontro daquilo que o Membro Miguel dissera em relação à necessidade de aperfeiçoamento de muitas coisas e dos outros órgãos do poder local, não só em matéria de lei eleitoral mas do próprio funcionamento e competências dos órgãos. Pelo que sabia esta lei poderia vir a ser aprovada e se fosse aprovada pensava que no próximo mandato já a poderiam ter como instrumento de melhor funcionamento deste órgão e, por isso mesmo, gostaria de valorizar este aspecto que lhe parecia também relevante no sentido da atenção que o seu partido também dava a estas questões.-----

-----Em relação ao que se estava ali a debater, era da opinião daquilo que o Carlos Afonso e outros Membros já tinham dito. Achava que o sistema actual vigente era por eles reconhecido como resultante na prática. Costumava-se dizer que em equipas vencedoras não se mexia. Neste caso era que num sistema que à partida era ganhador não se deveria mexer.-----

-----As opiniões dos eleitos iam chegando ao órgão de poder que decidia estas coisas, que era a Assembleia da República e, por certo, também isso fora um elemento que não permitira que atempadamente estas leis pudessem ser aprovadas e aplicadas no próximo acto eleitoral.-----

-----A serenidade com que a Assembleia Municipal estava a discutir este assunto só a prestigiava, e este tipo de discussões, sempre que se justificassem, deveriam vir à Assembleia Municipal.-----

-----**O Membro Carlos Afonso** disse que as intervenções já efectuadas, de facto, estavam a ser muito positivas e muito agradáveis. Pensava que as propostas de decreto-lei do PS e do PSD pretendiam monopolizar o debate político na sociedade portuguesa, nomeadamente ao nível do poder local.-----

-----Com a aprovação do projecto do PS acabavam-se as maiorias relativas, passando a maioria



total e absoluta, a Assembleia ficaria com novas competências, como dizia o Membro Alarcão, ficava sim com a moção de censura e com o referendo, mas ao serem todos da mesma cor permitindo, inclusive, o cabeça de lista de escolher os membros até fora da lista, seria necessário um terço dos membros da Assembleia para a moção de censura e eram necessários dois terços para derrubar e depois aquilo o que derrubava era o vereador responsável pela matéria censurável, deixando o presidente da câmara de ter responsabilidade. Portanto, haviam contradições ao nível do próprio decreto-lei do PS. -----

-----Por outro lado, deveria dizer que, de facto, pareciam que estavam todos a chegar a bom termo porque todos, na generalidade, defendiam o poder local de acordo como ele era e não era verdade que não quisessem mudar e que não quisessem algo que fosse acompanhando a evolução da sociedade e da vida. Havia uma coisa que era indesmentível. O poder local democrático eleito e como estava, vinha servindo o país e vinha servindo os sucessivos governos como bandeira de um contributo positivo que lhes tinha dado o 25 de Abril e pegava numa pequena nota que, se não estava enganado, o Eduardo Prado Coelho escrevera no jornal “O Público”, que dizia assim: “È pena que o Partido Socialista tenha ido beber, em matéria de novas competências, a legislação da América do Sul, nomeadamente ao México. -----

-----**O Membro João Capítulo** referiu que sobre esta matéria nem sempre pensara da mesma forma. Já fora vereador, actualmente era Membro da Assembleia Municipal e já tinha reflectido sobre aquilo que tinha feito nas autarquias e hoje, tinha numa posição diferente. Achava que era preciso ousar e, no seu ponto de vista, a democracia não se esgotava nos partidos políticos, não querendo dizer com isto que os partidos não fossem fundamentais para o funcionamento da democracia. -----

-----Devia fazer-lhes lembrar o medo que se tinha dos caciques e dos ditadores quando se evocava estas duas situações para não permitir, por exemplo, as candidaturas independentes. Fazia-lhes lembrar, por exemplo, que o Hitler subira ao poder através do voto. -----

-----Por acaso, alguns dos pontos de vista que ele defendia pessoalmente sobre esta matéria coincidiam com o projecto-lei do PS, noutros não. Achava que o presidente da câmara deveria ser mais responsabilizado, achava muito bem que devesse ter a possibilidade, como primeiro responsável, de escolher a sua equipa e achava que as assembleias municipais deveriam ter mais poderes para poderem intervir e para poderem demitir. Haveria que haver mecanismos que, face às

asneiras de quem estivesse no executivo, quem estivesse no outro lado tivesse poder suficiente para o demitir, daí que não lhe chocasse que no projecto-lei do PS estivesse consagrada esta medida.-----

-----No ponto de vista economissista, era evidente que a democracia tinha custos, a ditadura custava menos dinheiro porque só tinha uma pessoa a mandar. Também achava que o executivo deveria estar todo ele a tempo inteiro, e falava por experiência própria, porque senão não conseguiria acompanhar os dossiês e os processos como deveria ser, agora se deveriam ser cinco, sete ou catorze, isso era um problema para se discutir e enquadrar no Orçamento Geral do Estado, conforme as disponibilidades, no ponto de vista económico.-----

-----Em relação à Assembleia Municipal também seria incomportável que pusessem todos a funcionar como na Assembleia da República mas haviam exemplos de países onde funcionava um pequeno colégio, como tinham agora as Comissões, por exemplo, e essas Comissões poderiam, também, ter tempos. Era evidente que tudo isto custava dinheiro mas havia tanta coisa onde se gastava dinheiro que pensava que para aperfeiçoar a democracia, se calhar, ganhariam alguma coisa.-----

-----Enquanto estudante, tivera uma professora na disciplina de introdução à política que lhe ensinara, entre outras coisas, as diferenças entre a democracia e a tecnocracia. Pensava que, e de acordo com aquilo que têm vindo a receber desde o 25 de Abril, o nosso país deveria ter uma política que se sobrepusesse à tecnocracia, ao poder económico, e ele chegava ao ano 2000 e verificava que muitas vezes tinha dúvidas sobre essas matérias. Portanto, deveriam ser delimitados e criados quadros próprios também nas autarquias, onde o poder político tivesse, efectivamente, o grande poder de decisão.-----

-----Não lhe chocava nada que houvesse uma reviravolta total nesta matéria. O nível de abstenção estava próximo dos 50% e ele não sabia se isto seria ganhar, empatar ou perder. Havia que fazer alguma coisa para melhorar. Em relação à maneira como as coisas funcionavam actualmente ele já tinha a experiência de como era, agora nas situações que estava a teorizar não tinha experiência ainda, mas pensava que não perderiam nada se avançassem nesse sentido e dentro do projecto-lei do PS e até nalguns pontos que o PSD tinha no seu projecto, pensava que havia realmente uma inovação muito grande que traria muitos benefícios à democracia portuguesa.-----

-----**O Presidente da Junta de Freguesia de Santiago**, Membro Félix Rapaz, referiu que eles, autarcas, tinham a sensação de endeusar o poder autárquico. Era certo que se fizera muito mas

também se tinha feito algumas coisas mal feitas, teriam era que tornar a vida política aliciante, e haver a coragem de dizer que os políticos eram mal pagos, que deveriam ser bem remunerados e que teriam que dignificar a carreira política, sem carreirismos. -----

-----Por outro lado, pensava que o maior desafio aos partidos políticos seria a abertura às candidaturas independentes porque iria confrontá-los com a capacidade de terem ou não de se renovarem. Teriam que renovar, recriar e ter capacidade de ir ao encontro das populações e dizer que a actividade política era uma actividade aliciante. Defendia os independentes por isto, mas também defendia que a classe política deveria ser a mola fundamental da estrutura política. -----

-----Pensava que aqui se oscilava entre o caciquismo e a eficácia e ele optava mais pela eficácia, ou seja, achava que quem ganhasse deveria governar mas a oposição não deveria ser marginalizada, deveria estar lá participativa porque poderia haver o risco de um certo caciquismo. Sabiam que haviam interesses económicos bastante fortes e haviam “lobis”, portanto não deviam ser ignorantes e ingénuos a esse ponto. -----

-----Quanto ao marketing político, pensava que ele fazia muito mas não fazia tudo, ou seja, havia ainda uma margem de manobra, porque poderia enganar algumas pessoas mas não todas. Pensava que o desafio que tinham era o de dignificar a vida política. -----

-----**O Membro Miguel Alarcão Bastos** referiu que falar de México e, nomeadamente de pistolas, era um bocado perigoso e a memória dos homens não era curta, mas na realidade as questões que o preocupavam mais tinha a ver, por exemplo, com a questão dos independentes. Ele já defendera, anos atrás, uma posição em que pensava que poderia ser útil a candidatura de independentes. Hoje em dia considerava que realmente a base do sistema orgânico-funcional da democracia cabia inevitavelmente aos partidos. Pretender-se que o sistema fundamental fossem os independentes os mais puros, a seu ver era um posição basista e que não levava a lado nenhum. Os partidos políticos só ganhavam em ter nas suas listas elementos independentes porque os ajudavam a pensar colectivamente e tinham obtido vantagens bastante positivas quando os tinham nas suas bancadas. Portanto, era a favor dos independentes nas listas dos partidos e não nas candidaturas independentes. -----

-----Pensava que o Membro Carlos Filipe levantara duas ou três questões que lhe pareciam pertinentes, embora houvessem algumas que ele não concordasse. Ele viera com o exemplo, pela positiva, do sindicato do futebol e da política que, para si, era o pior exemplo de todos porque se

havam zonas onde a promiscuidade era grande, seria nesse sector.-----

-----Havia uma outra questão que tem defendido e que lhe parecia ser prioritária, e a nível do seu partido tem apontado o dedo numa posição crítica, que achava que era uma das molas fundamentais, que era a educação cívica da malta mais jovem nas escolas, que embora toda a gente pensasse assim na prática não conseguiam nada e eles, por contra-senso, acabavam por ser nas suas próprias casas um mau exemplo porque estavam constantemente a “abandonar” os filhos em casa para irem para a política. -----

-----Apontava o dedo ao governo do PS por não ter conseguido ainda implementar mais uma acção cívica de formação nas escolas que estava criada no papel mas que não se via qualquer tipo de desenvolvimento, embora houvesse um ou outro sítio que já tinham a experiência, assim como apontava o dedo às outras forças políticas que pouco tinham contribuído para que isto acontecesse. A regionalização poderia, eventualmente, ter dado um contributo de aproximação ao poder autárquico e de forma ao poder autárquico poder ser mais uma forte realidade no desenvolvimento deste país. Infelizmente não fora assim interpretada e, portanto, seria um assunto para outras calendas. -----

-----No fundamental aquilo que gostaria de dizer era que lhe parecia extremamente importante que se repensasse toda esta situação, nomeadamente em termos de que seria necessário dar uma formação cívica aos mais jovens e à população em geral no sentido de perceberem que isto era um órgão vivo e um órgão fundamental para o desenvolvimento da nossa terra e que se as pessoas não participassem iriam ter sérias dificuldades na evolução deste sistema e pensava que a lei necessitava de ser repensada e aqui havia um aspecto que lhe parecia bastante importante. Pessoalmente achava que a forma como o PS e o PSD pegaram no assunto fora inoportuna, fora extemporânea e não tivera pés para andar e a prova disso era terem recuado. Agora, achava era que também não poderiam dizer que eles, Assembleia da República, não tinham o direito e o dever de legislar. Achava, também que a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Congresso deveriam ter uma palavra. Eles, enquanto mera Assembleia Municipal, poderiam e deveriam pensar no assunto e também tinham a obrigação de dar algumas achegas, dizendo que se preocupavam com estas questões. -----

- -----**O Membro Carlos Filipe Oliveira** disse que este debate tinha o valor que tinha, debaterem abertamente estas questões e se calhar haveria debate para uma semana inteira porque, na realidade,

falar sobre a questão autárquica era extremamente complicado. Aliás, tinham sido afloradas nas intervenções várias coisas que lhes dava para pensar. -----

-----Em relação à questão das remunerações, ele quando começara a ser membro da Assembleia Municipal a remuneração era zero e cá estava e ainda que continuasse a sê-lo cá continuaria. Poderia ser por aí, mas pensava que não era. Aliás, se as remunerações nas autarquias, nomeadamente, na Assembleia Municipal, fossem uma coisa séria não teriam problemas com quem os sucedesse porque estaria bastante gente nas filas de espera para entrarem nas listas mesmo que não tivessem capacidade porque se ganhava bem. Depois levantava-se também um outro problema relativamente, por exemplo, a cargos a tempo inteiro como na Câmara Municipal ou nas Juntas de Freguesia ou mesmo os tais permanentes da Assembleia Municipal que hipoteticamente poderiam ser criados, porque se uma pessoa ganhasse 1000 contos por mês viria para aqui ganhar 500, 300 ou 200 contos ou viria para aqui acumular com uma outra função? Todas estas situações poderiam ser uma solução mas todas elas levantavam sérios contras. Poderia aumentar um determinado tipo de participação mas diminuía outro tipo de participação. As pessoas já diziam que os políticos andavam todos a encherem-se, se viessem para aqui ganhar mais, o que não diriam. -----

-----Também, por exemplo, o Presidente da República fora uma pessoa que durante 4 anos fora um homem sério, que desempenhara o seu mandato com isenção, que fora reeleito mas com 50% dos portugueses. O problema não estava nas autarquias, o problema estava na participação total das pessoas. Não falassem na abstenção nas autarquias mas sim na abstenção, por exemplo, nas legislativas, e vissem que também nelas existia uma abstenção bastante elevada. O problema não era da nossa democracia, era um problema de todas as democracias e viam isso na própria Europa e nos Estados Unidos em que menos 50% das pessoas tinham votado na eleição do seu Presidente. O problema estava na participação e no interesse em que as pessoas tinham em participar no simples voto. -----

-----Aquilo que lhes fazia andar ali era o interesse em participar no desenvolvimento do concelho. Aquelas pessoas que no 25 de Abril tinham 17, 18 anos e que viveram intensamente o 25 de Abril que tinham alguma formação política anterior e que tinham alguma vontade em participar é que ainda hoje pertenciam aos órgãos autárquicos, porque hoje a malta nova queria era internet e outras coisas. Uma das chaves do problema poderia também ser a educação cívica mas as pessoas hoje em dia eram muito egoístas e tinham alguma dificuldade em participar e não lhe dissessem que

era por falta de oportunidade de participação e de um leque de oferta de participação que existia na sociedade porque não era. As pessoas preferiam ficar em casa a embrutecer a olhar para a televisão porque era mais cómodo. -----

-----As pessoas hoje também estavam cansadas, viviam uma vida em que saiam de manhã para o emprego e voltavam de noite a correr para casa e não tinham disponibilidade e teriam que encarar as coisas como elas eram. -----

-----Isto eram reflexões que deveriam ser pensadas em termos do futuro, porque não bastava fazer experiências porque elas poderiam ser caras em termos sociais ou em termos do próprio crédito ou descrédito da democracia. -----

-----**O Membro João Capítulo** referiu que isto também era um problema económico e, como exemplo, perguntava se poderiam pedir ao Membro Carlos Afonso, a si ou ao Vereador Manuel Adelino que desse mais do que aquilo que dava. Se lhes pedissem mais poderiam pôr em causa os seus empregos e por isso isto teria que ser modificado porque senão qualquer dia correriam o risco de não terem ninguém. -----

-----**O Membro Carlos Filipe de Oliveira** disse que não era um problema económico, porque se calhar as pessoas quando recebiam as senhas de presença da Assembleia davam ao partido. Portanto, se fosse um problema económico ficariam com elas. A questão não era um problema económico mas um sacrifício pessoal, que era diferente. Qualquer um para tratar seriamente os assuntos que teriam que ser apreciados teria que fazer um esforço e esse era o seu empenhamento, pagassem mais ou menos. Se quisessem aumentar aumentassem mas não fizessem o fulcro da questão a questão económica. -----

-----Era verdade que os políticos ganhavam mal mas seriam capazes de explicar às pessoas isso? Duvidava disso. -----

-----**O Membro Aires Lisboa** disse que chegara à conclusão que um assunto que à partida parecia muito polémico, quase todos chegavam à conclusão que estavam do mesmo lado da barricada, porque estavam a discutir uma coisa que, efectivamente, quase todos há muitos anos que cá andavam a trabalhar em prol das populações, gostando de o fazer, independentemente de divergências políticas, quando discutiam um assunto era porque pensavam que o estavam a ver da melhor forma e nessa discussão uns com os outros só não aprendia quem não quisesse. Se na Assembleia da República estivessem tantos elementos quantos os que faziam parte dos órgãos

autárquicos, naturalmente que a lei que estavam ali a discutir nunca iria lá ou então iria de uma forma consensual. Todos estavam de acordo que haviam situações que deveriam ser alteradas mas não deveriam alterar precisamente o cerne do que estavam a discutir.-----

-----Se queriam que as populações participassem e não se abstivessem, como fora dito, perguntava se seria justo que fosse o Presidente a escolher as pessoas que entendesse para fazer parte do seu executivo, correndo o risco de escolher pessoas que as populações não gostassem. Isto não seria motivar as pessoas mas sim dar um cheque em branco a uma determinada pessoa que depois faria aquilo que muito bem entendesse. A forma que tinham agora de terem a lista e saberem quem seriam os candidatos e poderem escolher se queriam que fossem aqueles ou não, era a forma mais democrática.-----

-----Não havia dúvida que a democracia não se esgotava nos partidos mas eles eram os alicerces da democracia e quando não pensassem assim estariam a mandar a democracia dar uma volta e não poderiam descurar isso.-----

-----Estava totalmente de acordo que nunca a política se deveria submeter ao poder económico, mas infelizmente era o que tinham cá, porque quem mandava na política era o poder económico e por isso é que esta sociedade não lhe interessava e não seria por esta que lutaria.-----

-----Se este debate estivesse a ser transmitido pela televisão e se alguém estivesse a ver, naturalmente, que esse indivíduo passaria a ser um apaixonado pela política porque tinham conseguido colocar uma série de problemas, com situações divergentes ou não, discutindo-as politicamente, não tendo entrado em determinadas situações que não abonavam nada a favor, concretamente, da Assembleia Municipal.-----

-----Quando se dizia que não se dava educação cívica, ele achava que tentavam dá-la, a verdade é que não tinham ainda conseguido arranjar a melhor forma de ganhar as pessoas. Também tinham referido que a malta agora não se interessava por nada mas ele andava metido no movimento associativo desde os seus 17 anos e uma das coisas que o preocupava era se ninguém o viesse convidar para uma Direcção porque ali seria a forma das pessoas poderem contactar umas com as outras e de aprenderem mais qualquer coisa.-----

-----Quando lhe diziam que este ou aquele malandro não queria trabalhar ele se hoje tivesse 17 ou 18 anos também não trabalharia, porque antigamente quando trabalhavam tentavam ser bons e diligentes porque seria uma coisa para futuro e hoje para um jovem o seu futuro seria o contrato

acabar ao fim de 3 meses e ir para a rua.-----

-----Que tempo é que hoje uma mulher, que tem um filho, e necessita de apanhar uma série de transportes para ir do emprego a casa e que depois ainda tem que fazer a refeição para a família, terá para descansar e dedicar à família? Tudo isto estava ultrapassado. Teriam que dar a volta a esta situação de uma forma construtiva, dentro daquilo que fosse possível. -----

-----Referiu, depois, que também andava nos órgãos autárquicos desde 1979 e também nunca recebera um tostão e continuaria a andar enquanto o seu partido entendesse que ele seria útil na defesa das populações e continuaria enquanto tivesse forças. -----

-----Considerava esta discussão positiva porque provava que estavam alertas a determinados problemas que embora não os pudessem resolver, poderiam dar um grande contributo para a sua resolução. -----

-----**O Membro Conceição Morais Matias** disse que a questão fundamental nestas coisas da vida activa do poder local era a questão da participação, e o estímulo à participação passava muito pelo exemplo que eles também davam, pela forma como estavam na política, pela forma como resolviam os problemas e como se envolviam, etc.. Portanto, todos em conjunto, e cada um individualmente considerado, tinha responsabilidades nestas questões da mobilização para a participação política. Achava que as leis que agora estavam a ser alvo de discussão visavam limitar esta questão da participação e esta era a parte mais negativa das alterações. Por razões óbvias, e já tinham sido referidas algumas, para algumas pessoas o aspecto económico era o menos importante, embora compreendesse que as pessoas muitas vezes tivessem que abdicar de certas remunerações face ao exercício do poder local. A dignificação de um eleito local não passava pelo aumento da senha de presença ou pelo aumento do salário enquanto eleito e se se colocassem numa postura destas tornava-se complicado porque depois alguns saberiam como jogar também com as suas mentes, com as suas posturas, etc.. Conhecia muita gente muito pobre mas muito digna, não era pelo acto de ganharem mais ou menos que seriam mais ou menos dignos porque não era o dinheiro que defendia a dignidade das pessoas, era a sua postura na vida, o seu empenhamento e os ideais e os valores que defendia. -----

-----Apresentou, depois, em nome da Bancada da CDU, a seguinte **Proposta**:-----

-----“*A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em 23 de Março de 2001, tendo discutido as propostas de alteração da lei eleitoral para as autarquias locais, actualmente em discussão na* -----



*especialidade na Assembleia da República, propõe que sobre esta matéria as Assembleias Municipais sejam auscultadas por forma a que as alterações a serem consideradas possam ter em conta as opiniões maioritárias dos eleitos locais.”* -----

-----**O Membro Américo Gegaloto** referiu que todos os contributos seriam válidos e ele iria dar o seu, a título pessoal. Era licenciado em direito, e a uma dada altura fora convidado por um dos professores a acompanhá-lo à Assembleia da República e ao entrar sentira uma grande frustração porque as bancadas estavam vazias, haviam deputados a ler o jornal, outros, se calhar, a contar anedotas e isso até se via, hoje em dia, na televisão. Na Assembleia Municipal todos estavam presentes e com atenção aos debates e às intervenções e muitas das vezes não era isso que se passava na Assembleia da República. Muitas das vezes os discursos de todas as bancadas, sem exclusão da do PS, eram dignos de verdadeiros arruaceiros, eram verdadeiros apupos, difamatórios, crucificavam-se uns aos outros, talvez quem tivesse mais ponderação fosse a Mesa da Assembleia da República. Achava que isto realmente não dignificava a política. Não era com guerras, com atentados ao pudor difamando alguém nem atacando que conseguiriam lá chegar. -----

-----Também deveria ser explicado às pessoas que muitas vezes os deputados não estavam presentes na Assembleia da República porque estavam em trabalho de comissão e que existia um acordo para que isso funcionasse assim, porque aquilo não transparecia, muitas das vezes, para o público e para as pessoas que mais tarde iriam votar nas pessoas que, eventualmente, iriam ser eleitas para ocupar aqueles cargos. A sensação que muitas vezes as pessoas tinham era que os deputados nunca lá estavam e que ganhavam muito para aquilo que faziam. -----

-----Também não aceitava os excessos de linguagem, porque ele não os tinha. -----

-----Uma coisa muito importante também era que, quisessem ou não, hoje em dia não era o poder político que regia este país, mas o poder da comunicação social. Admitia que poderia ser, eventualmente, o poder económico que estivesse na base, mas mais do que isso, era o poder da comunicação social que controlava a sociedade. -----

-----Esta também era uma questão que deveria ter alguma ponderação. Era importante apreciar até onde é que a comunicação social deveria chegar e em que termos e, de facto, se a comunicação social que hoje tinham seria a correcta, se transmitia informação, disformava ou formava a opinião pública. A comunicação social também tinha a sua quota parte de responsabilidade na dignificação da política e dos políticos em si. -----

-----Outra questão era a legitimação. Formalmente quem elegia é que deveria demitir. Até que ponto é que uma Assembleia apresentava uma moção de censura e demitia um governo. Se calhar, também deveria ser pensado, em termos de responsabilização, quem é que deveria demitir quem e porquê. -----

-----**O Membro Lisandro Trafaria** disse que estava satisfeito por estar ali a partir do momento que começaram o debate sobre a lei das autarquias. Parecia-lhe que tinha havido um comportamento cívico dos Membros da Assembleia e se o povo do concelho soubesse que era assim o comportamento deles, talvez tivessem sempre a sala cheia a assistir às sessões. Sem querer se dirigir a ninguém, teriam que moderar, muitas vezes, a maneira como se comportavam dentro da Assembleia.-----

-----Quanto ao que fora dito em relação à Assembleia da República, no canal 2 por vezes dava alguns debates e aquilo era uma vergonha. Eles ofendiam-se, agrediam-se, insultavam-se. Seria que isto era política? Eles teriam que dar o exemplo ao povo que os elegia e, por isso, teriam que ter um comportamento com mais dignidade.-----

-----Referiu, depois, que não era contrário aos independentes. Tivera um exemplo muito positivo na sua maneira de ser e tivera um exemplo muito negativo na maneira de pensar das pessoas quanto à referência da existência dos partidos e passava a dar um exemplo: Quando fora a eleição em que se candidataram a Maria de Lurdes Pintassilgo, Mário Soares, Salgado Zenha e Freitas do Amaral havia uma força política, que era o PCP na altura, que não tinha candidato e ele apoiava a candidatura de Maria de Lurdes Pintassilgo e dava-se com muita gente da área do PCP e todos lhe diziam que iriam apoiar a candidatura de Maria de Lurdes Pintassilgo porque era a candidata de esquerda que condizia com eles. Entretanto, fora lançada a candidatura de Salgado Zenha e eles disseram-lhe que agora não iriam votar na Maria de Lurdes Pintassilgo, além de considerarem que ela seria a melhor candidata, porque o partido tinha dado instruções para votarem Salgado Zenha. Na sua opinião o independente não deveria sentir-se dependente e não deveria deixar-se arrastar pela ideia dos outros.-----

-----Quanto ao problema da abstenção, ela estava na maneira como os debates eram feitos. Começava a haver um desinteresse por parte das pessoas que assistiam a esses debates porque não havia respeito uns pelos outros. -----

-----Em relação à discussão deste assunto, que dizia respeito a todo os eleitos autárquicos,

achava que a Assembleia da República deveria primeiro ouvir as Assembleias Municipais e as Assembleias de Freguesia, para que de cada uma saísse o seu parecer dirigido à Assembleia da República e só depois perante esses pareceres seria então decidido o que iriam fazer. -----

-----Quanto ao problema das senhas de presença, não discutia se seria pouco ou muito, aliás, para si, o dinheiro não era o mais importante. -----

-----Na Junta de Freguesia davam-lhe três contos por mês e ele não deixara de lá estar quase todos os dias, portanto o dinheiro para ele naqueles casos não era considerado. O que consideraria justo era que os eleitos locais tendo em conta o tempo que dedicavam às autarquias fosse considerado para efeitos de reforma. Esse poderia ser um prémio pelo seu esforço.-----

-----Falou depois o **Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** que esclareceu que um deputado ao fim de 12 anos tinha direito a um determinado subsídio e que correspondia a 4% do vencimento por cada ano, ou seja se ele se viesse embora ao fim de 12 anos tinha 48 % do valor do vencimento de um deputado, o que significava que o que transparecia para a opinião pública de que trazia a reforma por inteiro era mentira. Havia muita gente do norte, do centro e do sul do País que deixavam as suas famílias, as suas casas e as suas carreiras profissionais e depois quando saíam da Assembleia da República olhavam para o mundo e perguntavam o que íam fazer. -----

-----Concordava com o Membro Lisandro Trafaria no sentido de ser contado ao fim de x anos de Assembleias Municipais algum tempo e em vez de ter que trabalhar 40 anos trabalhava só 38. -----

-----O **Membro Lisandro Trafaria** respondeu que havia falta de informação e se realmente houvesse compensação na reforma abrangeria todos os eleitos locais. -----

-----O **Membro Felix Rapaz** disse que havia quem dissesse que a classe política era uma classe em extinção. Perfilhava as palavras da Conceição Morais quando ela falava em dignidade. Ele ao seguir a carreira política tinha ficado prejudicado monetariamente. Achava que devia haver uma valorização da vida política e se isso passasse pela remuneração então que se avançasse porque na quantidade também vinha a qualidade. A classe política tinha um complexo de ter medo da opinião pública e de serem acusados que não trabalhavam e se andavam a encher e a ter uma atitude menos correcta e cívica, o que não era verdade. Ele achava que ser político era uma questão de nobreza e de caracter. Quem devia governar eram os políticos, e não era o poder económico ou os mass média. -----

-----Usou em seguida palavra o **Membro Francisco Alvim** que disse que em relação à

Assembleia Municipal não eram precisas muitas motivações económicas mas perguntava porque desconhecia, quanto é que recebia por mês um vereador como o Manuel Adelino que não estava a tempo inteiro nem a meio tempo, e um vereador a tempo inteiro. -----

-----O **Presidente da Câmara** respondeu que um vereador a tempo inteiro recebia 80% do seu vencimento. O seu vencimento líquido era 512 contos. -----

-----Falou depois o **Membro Miguel Bastos** que disse que a ideia do Membro Carlos Filipe de se fazer um debate mais aprofundado independentemente do que a Assembleia da República fizesse, podia ser um contributo útil, aberto à população. Podia-se fazer um conjunto de colóquios durante 3, 4, 5 semanas. O tema era rico e que a Assembleia Municipal hoje apenas afluara algumas questões. -----

-----Considerava que o tema tinha sido um bocado manipulado quer pelos partidos quer pelos “média”, porque nos jornais a questão limitara-se ao facto das câmaras serem ou não maioritárias, a participação ou não dos independentes e se os presidentes das Câmaras o podiam ser ad’eterno, mas perguntava se eram aquelas as questões fundamentais do poder local, seria aquela a reforma que se necessitava para que a coisa andasse e se reflectisse o passado, quando se sabia que 90% das Câmaras eram maioritárias o que significava que eram 30 que se debatiam com a questão, o que era ridículo no universo global. -----

-----Os independentes também não queriam pertencer aos órgãos porque se perdia dinheiro, portanto havia um conjunto de situações que a seu ver eram manipuladas e que mereceriam mais atenção da parte da Assembleia Municipal. A lei das autarquias, quer eleitoral quer de competências já tinha sido mudada, algumas pela positiva como a questão dos mandatos passarem para 4 anos, outras pela negativa como por exemplo quem trabalhava na função pública podia optar pelo vencimento de um lado ou outro, hoje em dia as coisas já estavam mais equiparadas, mas poder-se-ia eventualmente pensar em mecanismos de compensação da parte do fundo da autarquia de forma a que um indivíduo que trabalhasse numa empresa e que estivesse interessado no trabalho autárquico não fosse penalizado no seu vencimento e pudesse participar, porque haviam muitos munícipes que eventualmente estariam disponíveis para colaborar na vida autárquica e não o queriam fazer porque eram altamente penalizados sob o ponto de vista monetário. O País devia pensar um pouco naquilo.

-----Relativamente à proposta havia um ou outro pormenor que poderia ser dito de outra forma como por exemplo “a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida em 23 de Março de 2001”, e já

agora congratulava-se por fazer um ano que este auditório fora inaugurado, “tendo analisado alguns aspectos das propostas (...) propõe-se à Assembleia da República (...) as opiniões dos eleitos locais”, partindo do princípio que cada assembleia, a tomar uma posição seria por consenso ou por maioria. -----

-----Ele não conhecia em profundidade o trabalho que a Assembleia da República fizera sobre aquelas questões. Não acreditava que os eleitos na Assembleia da Republica estivessem a trabalhar na base daquilo que vinha saindo nos “media”, achava que no mínimo deviam ter ouvido a Associação Nacional de Municípios Portugueses, mas não via inconveniente que a Comissão Parlamentar que estava com o assunto elaborasse um questionário e os enviasse para as Assembleias Municipais com um prazo para resposta. Portanto não via inconveniente na aprovação da proposta.-----

-----**O Vereador Manuel Adelino** disse que o publico estava mal informado e lamentavelmente passavam-se informações que não correspondiam à verdade. Assim, em termos de salário bruto, o presidente da Câmara rondaria os 800 contos, o vereador a tempo inteiro 570 contos, os vereadores que não estavam a tempo inteiro nem a meio ganhavam em função das reuniões em que estavam presentes, e cada senha dessas reuniões era 12114\$00 brutos, o que significava que descontos feitos e em termos médios, recebiam menos de 20 contos em termos mensais. -----

-----**O Membro Miguel Bastos** complementando a informação disse que os membros da Assembleia Municipal recebiam menos de senha de presença do que os vereadores. -----

-----**O Vereador Augusto Pólvora** acrescentou que os vereadores que não tinham tempo na Câmara, nos termos da lei, tinham o direito de poderem ser dispensados do seu local de trabalho para apoio no trabalho autárquico durante 30 horas por mês, o que dava em média um dia por semana e a empresa onde se trabalhava era resarcida pela Câmara Municipal no valor proporcional ao salário que cada um auferia. Portanto a Câmara, no seu caso, pagava à Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal o equivalente a um dia de trabalho por semana. Além disso no seu caso particular as senhas de presença que recebia eram entregues ao seu Partido. -----

-----**O Membro Miguel Bastos** disse querer reforçar o que já referira anteriormente de que os vereadores deviam ter o direito de poder estar a tempo inteiro, por outro lado se era um facto que a lei permitia e dava a regalia de poder ser dispensado da sua actividade profissional x horas por mês ele pessoalmente ao longo de vários anos que fora vereador tivera que usar a figura da dispensa

porque sofria retaliações no seu emprego se revelasse e reivindicasse que era para a actividade autárquica. Era incrível mas era verdade que depois do 25 de Abril alguns dos membros tivessem que se submeter por vezes na sua vida profissional a manobras de dilação porque mesmo aquilo que a lei previa as entidades patronais exerciam retaliações, aliás como em todas as questões da vida, não era só na vida autárquica e na vida política. -----

-----**O Presidente da Assembleia** passou em seguida a ler a proposta já com as alterações entretanto introduzidas, cujo texto é o seguinte: -----

-----"**A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em 23 de Março de 2001, tendo analisado alguns aspectos das propostas de alteração da lei eleitoral para as autarquias locais, actualmente em discussão na especialidade na Assembleia da República, propõe à Assembleia da República que sobre esta matéria as Assembleias Municipais sejam auscultadas por forma a que as alterações a serem consideradas possam ter em conta as opiniões dos eleitos locais. ---**

-----**Enviar esta proposta ao Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares, Comissão respectiva da Assembleia da República e Associação Nacional de Municípios Portugueses.**"-----

-----**Submetida à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

-----Encerrada a Ordem de Trabalhos, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **Período de “Intervenção Aberta ao Público”**, passando a ler o art. 43º. do Regimento da Assembleia Municipal que regulava este Período, cujo teor é o seguinte: -----

----- “ Durante o Período de “Intervenção Aberto ao Público o uso da palavra será concedido a qualquer cidadão que pretenda solicitar esclarecimentos sobre assuntos locais. -----

-----Os cidadãos interessados em usar da palavra terão de, antecipadamente, fazer a sua inscrição na Mesa.-----

-----Os pedidos de esclarecimento serão dirigidos à Mesa e nunca em particular a qualquer Membro da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal.-----

-----A Mesa ou qualquer Membro da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal, se o puderem, esclarecerão o interessado imediatamente, ou, não sendo possível, posteriormente, a Mesa responderá por ofício.” -----

-----Usou da palavra o **Munícipe Francisco David** residente em Sesimbra que manifestou a sua opinião relativamente ao assunto apreciado no ponto dois da Ordem de Trabalhos, e lamentou a

ausência da comunicação social local nas sessões da Assembleia Municipal. Falou também sobre o acidente ocorrido com um autocarro que vitimou uma criança à entrada da Vila.-----

-----O **Presidente da Assembleia** esclareceu o Município que as sessões da Assembleia Municipal eram gravadas pela Rádio Santiago, que transmitia excertos normalmente ao sábado de manhã e por vezes fazia transmissões em directo.-----

-----O **Presidente da Câmara** elucidou o Município dizendo que estava a ser elaborado um projecto de arranjo da entrada na Vila e a arquitecta teria em conta o perigo que aquela zona desde sempre apresentara. -----

-----O **Vereador Augusto Pólvora** acrescentou que enquanto vereador dos transportes solicitara, uns dias depois do acidente, à empresa Covas e Filhos TST, uma cópia do relatório do inquérito que eles tinham feito ao acidente. Tivera hoje uma reunião com o administrador dos TST, ainda não lhe fora dada cópia do relatório, mas tinham-lhe sido apresentadas as conclusões do mesmo e tinham-lhe dito que seria enviado se não na íntegra, pelo menos as conclusões e as explicações que a empresa tinha para o acidente.-----

-----Também pedira informação à Direcção-Geral de Viação e à Direcção-Geral de Transportes Terrestres se estava a decorrer algum inquérito e disponibilizara-se para qualquer diligência que houvesse quanto à matéria. Da parte destas entidades ainda não recebera qualquer resposta. -----

-----De qualquer forma aquilo que podia adiantar era que o inquérito feito pela empresa mostrava que fora um problema com uma mola do sistema de travagem que se soltara pouco antes do acidente e provocara uma aceleração na viatura que o motorista não conseguira controlar, mas que o autocarro estava em perfeitas condições de segurança.-----

-----Usou depois da palavra o **Município João Nicola** residente na Serra da Achada que se referiu ao depósito de entulhos que era feito por particulares naquela zona apesar da proibição e perguntou qual a solução que a Câmara tinha para a questão. -----

-----O **Presidente da Câmara** respondeu que a Câmara estava preocupada com o assunto porque indivíduos sem escrúpulos iam depositando entulhos em locais e não o faziam onde efectivamente o deveriam depositar. A situação agravara-se a partir do momento em que fora selada a lixeira e passara a ser uma zona de transferência e os entulhos tinham que ser depositados num local mais longe e, de uma forma que todos reprovavam, indivíduos sem escrúpulos iam depositando os entulhos na serra, à beira da estrada. -----

-----A Câmara ainda não tinha tido a possibilidade de apanhar em flagrante alguns desses indivíduos para poder aplicar as coimas que efectivamente eles eram merecedores. A Câmara estava a negociar com dois proprietários de uma pedreira que estava desactivada e que só relativamente há pouco mais de um mês um dos proprietários acedera a vender a sua área a 1750\$00 o metro quadrado, isto porque o outro já se tinha comprometido. Era uma pedreira no Zambujal, num espaço de fácil acesso, que estava quase desactivada O processo estava no gabinete jurídico onde o consultor estava a preparar uma proposta que em breve seria presente à Reunião de Câmara no sentido da aquisição da propriedade que importaria em cerca de quarenta e poucos mil contos. O terreno tinha capacidade para o depósito de largas toneladas de entulhos mas o que iria acontecer era que a Câmara teria que cobrar os entulhos. Teria que admitir pessoal para proceder à guarda e à cobrança, tinha que vedar a propriedade e portanto ainda levaria cerca de dois meses até que se efectivasse a compra e que o local estivesse em condições de receber o entulho. -----

-----Falou depois o Munícipe **João Nicola (pai)** que solicitou a colaboração da Câmara para falar com as entidades respectivas para que os camiões guardassem as distâncias dos outros veículos e ver da possibilidade de se alargar a estrada para Lisboa porque era cada vez mais difícil ir a Lisboa e regressar.-----

-----O **Presidente da Câmara** informou que tinha tido uma reunião marcada para o dia 7 do corrente mês, dia a seguir ao trágico acidente de Entre os Rios, com o então secretário de Estado Luís Parreirão, e um dos assuntos a tratar com o Secretário seria o frisado pelo Munícipe, ou seja a estrada 378. Entretanto numa reunião na Junta Metropolitana o Presidente da Câmara Municipal do Seixal ficara em lhe enviar um memorando que também tinha deixado ao Secretário Luís Parreirão no sentido da Câmara de Sesimbra e a Câmara do Seixal pressionarem a Administração Central para ter em atenção o troço a partir da saída da auto-estrada até ao Marco do Grilo e depois daí para Sesimbra porque ia sendo cada vez mais difícil circular naquela estrada. -----

----- Seguidamente, por consenso, foi solicitada a dispensa da leitura da acta em minuta da presente sessão, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respectiva assinatura.-----

-----Nesta conformidade, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrados os trabalhos, eram duas horas e trinta minutos do dia 24 de Março. -----



-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente,  
pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----